

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***O PAPEL DO GAT DE TAVIRA NO DESENVOLVIMENTO
DO SOTAVENTO ALGARVIO***

Ana Paula Neto Ferreira

Relatório de Atividade Profissional

Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor João Pinto Guerreiro

2013

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***O PAPEL DO GAT DE TAVIRA NO DESENVOLVIMENTO
DO SOTAVENTO ALGARVIO***

Ana Paula Neto Ferreira

Relatório de Atividade Profissional

Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional

**Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor João Pinto Guerreiro**

2013

***O PAPEL DO GAT DE TAVIRA NO DESENVOLVIMENTO DO SOTAVENTO
ALGARVIO***

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.



“Copyright” Ana Paula Neto Ferreira.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

AGRADECIMENTOS

As minhas breves palavras de agradecimento vão para todos aqueles que ao longo de quase uma década comigo trabalharam. Num espírito de equipa e união, em nome da responsabilidade, do profissionalismo e do bom nome da Instituição.

Agradeço a todos que integraram a equipa do GAT de Tavira na década de 2000, até à sua extinção.

Não posso deixar de fazer um agradecimento particular à Maria Emília, por tudo o que me transmitiu.

Aos presidentes da CCRA e CCDRA que sempre me apoiaram nas minhas iniciativas e propostas.

Aos presidentes de Câmara pela compreensão e confiança que expressaram.

Ao meu orientador, mestre e sábio, pelos seus ensinamentos, disponibilidade manifestada, sugestões e revisão crítica do trabalho. Foi um privilégio ser sua orientanda.

Por último, mas não menos importante um agradecimento à minha família. Aos meus pais e às minhas filhas, pela compreensão nos momentos menos presente. Ao meu marido, pelo estímulo, apoio e incentivo, em todos os momentos, para prosseguir a elaboração deste trabalho.

A todos, muito obrigada.

Resumo

O objetivo deste Relatório é a avaliação da importância e do papel desempenhado pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de Tavira para o desenvolvimento do Sotavento Algarvio, no período 2000-2007.

Para tal, foram definidos como objetivos específicos a avaliação do suporte legislativo, a análise das virtualidades e fragilidades do sistema de gestão supramunicipal, o balanço do trabalho desenvolvido e, finalmente, a reflexão sobre o impacto no desenvolvimento do Sotavento Algarvio.

Para se perceber em que conjuntura surgiram os GAT's, houve necessidade de se recuar até à década de 70, do século XX.

Em 1976, com a introdução da vivência democrática em Portugal, foram atribuídas novas competências às Autarquias. Porém, os municípios não dispunham então de um corpo técnico dimensionado para as funções que passaram a desempenhar. Para colmatar esta lacuna foram criados os Gabinetes de Apoio Técnico. Estes eram constituídos por profissionais das áreas da arquitetura, engenharia e ambiente. Tinham como atribuição a assessoria técnica ao respetivo agrupamento de municípios. Os GAT's vigorariam por quase 30 anos.

Constituíram um processo inovador de método coletivo de trabalho e de gestão participada. Dependiam hierarquicamente das Comissões de Coordenação Regional (CCR) mas trabalhavam para as autarquias locais. Eram uma estrutura com gestão partilhada.

O GAT de Tavira foi uma destas estruturas e tinha uma área de atuação que abrangia o Agrupamento de Municípios do Sotavento Algarvio compreendendo os Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António.

No início do ano 2000, o GAT de Tavira encontrava-se depauperado de meios humanos e desatualizado de meios técnicos, pelo que foi criado um novo modelo de gestão/organização, suportado financeiramente também pelos Municípios, o qual consistia no reforço da equipa e dos meios técnicos considerados fundamentais.

Com base nos Relatórios Anuais do GAT de Tavira, foi feita a análise do trabalho realizado, das diversas atividades desenvolvidas, sua evolução temporal, volume, natureza e destinatário.

Ao longo do período em análise, 2000-2007, houve uma evolução crescente do número de atividades realizadas. Enquanto em 1999 tinham sido realizadas 135 atividades, em 2000 realizaram-se 173 atividades, em resultado do aumento de solicitações por parte dos Municípios, atingindo, em 2007, 209 atividades.

Considerando a diversidade de trabalhos solicitados, o seu grau de complexidade e o número de horas despendidas com cada um deles, foram diferenciados três grupos de trabalhos.

Os trabalhos de maior complexidade, dimensão, número de técnicos envolvidos, horas despendidas na sua realização ou maior importância financeira, foram identificados pelo grupo 1. Neste grupo incluíram-se a realização de projetos, a fiscalização de obras municipais e o acompanhamento físico e financeiro de obras financiadas. Neste último caso, o trabalho revestiu-se da maior importância para a economia da Região, visto que todas as obras financiadas eram acompanhadas e verificadas minuciosamente pelo GAT (mais de 90 empreitadas em 2007 correspondendo a mais de 50 milhões de euros executados).

No segundo grupo incluíram-se trabalhos de tipo técnico-administrativo e processual, de carácter isolado ou pontual.

No terceiro grupo, incluíram-se trabalhos de maior dimensão temporal, embora o tempo despendido com eles não tenha sido contínuo, por dependerem de fatores externos ou por serem autónomos.

A repartição dos trabalhos realizados para cada Município também foi diferente. Houve municípios que solicitaram um maior número de projetos, mas de pequena dimensão, e outros cuja quantidade de projetos era menor mas onde a complexidade ou dimensão dos mesmos eram maiores. Tal diferenciação ficou a dever-se às características mais urbanas ou rurais dos seus territórios e às carências aí sentidas.

No âmbito do presente Relatório foram adicionalmente efetuadas entrevistas aos ex-presidentes da CCRA/CCDRA e Municípios nas quais se observou um reconhecimento pelo trabalho efetuado, dinamismo de atuação, qualidade do serviço prestado, o qual representou uma mais-valia técnica para as autarquias e para o desenvolvimento do território algarvio.

A consideração final que se faz deste trabalho é que o GAT de Tavira terá sido um gabinete exemplar à escala nacional, notabilizando-se pelo seu trabalho. Após a sua extinção, foi integrado no Município de Tavira.

Palavras - chave: Gabinete de Apoio Técnico, municípios, desenvolvimento, atividades.

Abstract

The objective of this report is to evaluate the importance and role of the Gabinete de Apoio Técnico “GAT” (Technical Support Office) of Tavira for the development of the Eastern Algarve, in the period 2000-2007.

For this purpose, specific objectives were defined as the evaluation of legislative support, the analysis of the virtues and weaknesses of the higher municipal management system, the balance of the work carried out and finally a reflection on the development impact of the Eastern Algarve.

To understand the combination of events which gave rise to the GAT's appearance, it was necessary to go back to the 70's, in the twentieth century.

Following the introduction of a democratic experience in Portugal, in 1976, additional technical requirements were assigned to local authorities. However, the municipalities did not have then the technical staff required to cope with the new functions. To fill this gap the Technical Support Offices were created. They were made up of professionals covering architecture, engineering and environment. Their assignment was to provide technical advice and support to the respective group of municipalities. The GAT's carried out their function for nearly 30 years.

They constituted an innovative collective working method and shared management. They depended hierarchically from the Regional Coordination Commissions (CCR) but worked for the local municipalities. They represented a structure with shared management.

The GAT of Tavira, had an area which covered the Eastern Algarve's group of municipalities comprising the municipalities of Alcoutim, Castro Marim, Tavira and Vila Real de Santo António.

At the beginning of the year 2000, this structure lacked manpower and was faced with outdated technical means which brought about the creation of a new management / organization model, also financially supported by the municipalities, which consisted in strengthening the team and the technical means considered essential.

Based on the Annual Reports produce by the GAT of Tavira, an analysis of the work of the various activities was carried out, its evolution in time, size, nature and addressee.

Throughout the review period, 2000-2007, there was an increasing trend in the number of activities. Whilst in 1999, 135 activities were accomplished, in 2000, 173 activities were accomplished as a result of increasing requests from the municipalities, reaching 209 activities in 2007.

Considering the diversity of work requested, the degree of complexity and the number of hours spent on each one of them, three working groups were differentiated. The work of greater complexity, size, number of technicians involved, hours spent in their realization or greater financial importance, were identified as group 1. In this group were included the achievement of projects, supervision of municipal works and the physical and financial monitoring of projects financed.

In this latter case, the work was of the utmost importance for the regional economy, since all projects financed were closely monitored and verified by GAT (more than 90 contracts in 2007 corresponding to more than 50 million euros in work carried out).

In the second group were included works like technical administrative and procedural, of an isolated or occasional character.

The third group included works which involved longer periods of time, although the time spent on them was not continuous, since they depended on external factors or by being autonomous.

The distribution of the work done for each municipality was also different. There were municipalities which requested a larger number of projects, but small in size, and others whose number of projects were much lower in terms of quantity but where the complexity or dimension were larger. Such difference was due to the characteristics of their urban or rural areas and the shortcomings experienced locally.

Within the scope of the present report, additional interviews with former presidents of CCRA / CCDRA and municipalities were conducted from which, it was noted a recognition of the work carried out, performance dynamics, quality of service provided, which represented a technical added value to the municipalities and the development of the Algarvian territory.

The final consideration from this work is that the GAT of Tavira was a commendable support office nationwide, becoming noteworthy as a consequence of its work. Following its extinction, it was integrated in the municipality of Tavira.

Keywords: Technical Support Office, municipalities, development, activities.

Índice Geral

	Página
Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
Abstract.....	8
Lista de abreviaturas.....	13
1. OBJETIVOS, PREOCUPAÇÕES, RESULTADOS ESPERADOS.....	14
2. AS PROBLEMÁTICAS DE CONTEXTO: ENQUADRAMENTO REGIONAL.....	15
3. A ADMINISTRAÇÃO PERIFÉRICA DO ESTADO.....	21
4. AS REALIZAÇÕES DO GAT DE TAVIRA: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DADOS	25
4.1 Evolução e diversidade de atividades desenvolvidas.....	25
4.1.1 Grupo 1: Projetos, Fiscalizações e Acompanhamento de Obras Financiadas.....	27
4.1.1.1 Elaboração de Projetos.....	27
4.1.1.2 Fiscalização de Obras Municipais.....	30
4.1.1.3 Acompanhamento de Obras Financiadas.....	33
4.1.2 Grupo 2: Trabalhos Técnico-administrativos e Processuais.....	35
4.1.3 Grupo 3: Trabalhos de Maior Dimensão Temporal.....	37
4.2 Trabalhos Realizados para cada Município.....	38
4.2.1 Alcoutim.....	40
4.2.2 Castro Marim.....	42
4.2.3 Tavira.....	45
4.2.4 Vila Real de Santo António.....	48
5. AS OPINIÕES DOS PRINCIPAIS ATORES.....	51
5.1 CCRA/CCDRA.....	51
5.2 Municípios.....	54
6. IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO.....	58
7. REFLEXÃO FINAL.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
Apêndices.....	65
Apêndice 1 - Evolução da Fiscalização de Obras Municipais.....	66
Apêndice 2 - Entrevistas aos presidentes da CCRA e CCDRA.....	67
Apêndice 3 - Entrevistas aos presidentes dos municípios.....	74

Índice de Figuras

	Página
Figura 4.1 - Evolução anual do número de atividades	26
Figura 4.2 - Evolução do total de projetos (1999-2007)	28
Figura 4.3 – Evolução anual de	29
Figura 4.4 - Evolução do número de obras fiscalizadas.....	31
Figura 4.5 - Evolução do valor monetário das obras fiscalizadas.....	32
Figura 4.6 - Evolução do Acompanhamento de obras financiadas.....	33
Figura 4.7 - Valor Monetário das Empreitadas.....	34
Figura 4.8 – Número de trabalhos /atividade do Grupo 2.....	35
Figura 4.9 - Evolução das Atividades do Grupo 2.....	36
Figura 4.10 - Importância relativa do número total de trabalhos realizados para cada Município (2000-2007).....	39
Figura 4.11 - Evolução anual do número de trabalhos efetuados/Município.....	40
Figura 4.12 - Atividade total por Grupos, Alcoutim.....	41
Figura 4.13 – Total de trabalhos realizados 2000/2007, Grupo 2, Alcoutim.....	42
Figura 4.14 – Atividade total por Grupos, Castro Marim.....	42
Figura 4.15 - Total de trabalhos realizados, Grupo 2, Castro Marim.....	44
Figura 4.16 – Trabalhos realizados, Grupo 3, Castro Marim.....	45
Figura 4.17 - Atividade total por Grupos, Tavira.....	46
Figura 4.18 – Total de trabalhos realizados, Grupo 2, Tavira.....	47
Figura 4.19 – Trabalhos realizados, Grupo 3, Tavira.....	48
Figura 4.20 - Atividade total por Grupos, VRSA.....	49
Figura 4.21 – Total de trabalhos realizados, Grupo 2, VRSA.....	50

Índice de Tabelas

	Página
Tabela 4.1 - Evolução das atividades, Grupo 1, Alcoutim.....	41
Tabela 4.2 - Evolução das atividades, Grupo 1, Castro Marim.....	43
Tabela 4.3 – Evolução das atividades, Grupo 1, Tavira.....	46
Tabela 4.4 – Evolução das atividades, Grupo 1, VRSA.....	49
Tabela 5.1 - Governos Constitucionais da República.....	51
Tabela 5.2 – Presidentes e Mandatos Autárquicos.....	54
Tabela 6.1 – Número de trabalhos realizados.....	59

Lista de Abreviaturas

CCDRA	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CCR	Comissão de Coordenação Regional
CCRA	Comissão de Coordenação da Região do Algarve
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIDER	Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE	Fundo Social Europeu
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
INTERREG	Programa Comunitário para as Regiões Fronteiriças
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Regional
PIPITAL	Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve
PO	Programa Operacional
POLIS	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
PROA	Programa Regional Operacional do Algarve
PROAlgarve	Programa Regional Operacional do Algarve
QCA II	Quadro Comunitário de Apoio II
QCA III	Quadro Comunitário de Apoio III
QREN	Quadro de Referência de Estratégia Nacional
URBCOM	Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial
VRSA	Vila Real de Santo António

1. OBJETIVOS, PREOCUPAÇÕES, RESULTADOS ESPERADOS

A escolha deste tema, como argumento para o presente Relatório de Atividade Profissional, deve-se ao facto da sua autora ter sido diretora do GAT de Tavira durante quase uma década (setembro de 1999 a junho de 2008), considerando-se ser adequado, agora com algum distanciamento, fazer uma avaliação sobre o trabalho então realizado e o impacto que o mesmo teve no desenvolvimento municipal e sub-regional.

Assim, o objetivo geral deste Relatório destina-se a avaliar a importância e o papel desempenhado pelo GAT de Tavira no contexto do desenvolvimento do Sotavento Algarvio, no período 2000-2007.

Para tal, são definidos como objetivos específicos a avaliação do suporte legislativo para a sua adoção regional; a análise das virtualidades e fragilidades do sistema de gestão supramunicipal; o balanço do trabalho desenvolvido; a reflexão sobre o impacto no desenvolvimento da sub-região do Sotavento Algarvio; e a evocação das questões centrais colocadas no relacionamento com as Câmaras Municipais.

O propósito deste Relatório aponta para a avaliação do trabalho realizado pelo GAT de Tavira, identificando as eventuais mais-valias geradas para os Municípios, a contribuição para o seu crescimento e progresso, bem como o nível de cooperação no processo do desenvolvimento regional.

Para o efeito, ir-se-á começar por analisar as problemáticas de contexto em que surgiu este organismo e o seu enquadramento regional. Seguidamente será abordada a administração periférica do Estado e o seu funcionamento. Analisar-se-á, de seguida, o trabalho efetivamente realizado procedendo-se à sua avaliação. Por fim, far-se-á uma reflexão sobre o impacto da sua atividade, de 2000 a 2007, no desenvolvimento da sub-região Algarvia e o relacionamento institucional criado com os Municípios. Para melhor ilustrar o impacto do desempenho do GAT de Tavira, recorreu-se igualmente a uma apreciação externa do seu trabalho através de opiniões emitidas pelos presidentes da CCRA, da CCDRA e dos municípios que, nesse período, acompanharam a atividade daquele organismo.

2. AS PROBLEMÁTICAS DE CONTEXTO: ENQUADRAMENTO REGIONAL

Na análise das problemáticas de contexto e das circunstâncias em que surgiram os GAT's, haverá que perceber a problemática nacional para melhor se alcançar a dimensão local, palco do trabalho destes organismos.

Para além disso, para se perceber em que conjuntura surgiram os GAT's, haverá que recuar até à década de 70, do século XX.

No final dos anos 70, havia um grande desequilíbrio na distribuição espacial da população, nos rendimentos, nos meios produtivos e nas capacidades técnicas. A maioria das atividades económicas e da população residente concentrava-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

O desenvolvimento do País assentava geograficamente em torno dessas cidades e na área litoral entre elas. Era um desenvolvimento espacialmente muito desequilibrado e redutor, não contemplando as restantes parcelas do território, onde a qualidade de vida da população era muito inferior e os índices de bem-estar, rendimento e tantos outros levavam a um desequilíbrio espacial cada vez maior. Lopes (2001: 387) considera que

“...Portugal, um país marcadamente assimétrico em que os desequilíbrios se agravam e fazem já parte de um processo cumulativo, não pode dar-se ao luxo de negligenciar por mais tempo a sua própria organização espacial interna. A necessidade de definição de uma política regional é apenas fundamental.”

O desenvolvimento de um país deve resultar da atividade desenvolvida no conjunto dos seus espaços e deve assentar em estruturas regionais e estas em estruturas locais, ligadas à base económica local. Deve apoiar a redução dos desequilíbrios existentes no território. Sem este tipo de conjugação, o desenvolvimento não tem suporte nem base para um crescimento sólido. Recorde-se que “...as regiões interagem e o desenvolvimento do sistema vai depender grandemente das relações de

interdependência. Não há regiões isoladas. O desenvolvimento de umas depende também das outras.” (Lopes, 2000: 128).

O desenvolvimento local deve também contribuir para a diminuição das disparidades económicas e sociais. Mas as políticas de desenvolvimento local implicam descentralização ao nível político, económico e financeiro.

Com efeito, “não é possível conseguir compreender o desenvolvimento regional ou local sem que nos apercebamos da dinâmica dos processos económicos que ocorrem nos espaços geográficos” (Silva e Noronha, 2000: 9).

O conceito de desenvolvimento presume que haja progresso, em termos económicos, sociais, culturais e políticos. As populações reivindicam para a sua região, ou localidade, meios que lhes proporcionem melhor qualidade de vida, na habitação, na saúde, nos transportes, etc. e, tal como afirma Oliveira (1996: 115), “...as vias de comunicação representam um dos mais importantes instrumentos do desenvolvimento, elas abrem a porta ao contacto e, na realidade, constituem a chave para muitos outros instrumentos.” Para além da rede viária, outras infraestruturas e equipamentos coletivos vão surgindo como elementos importantes, normalmente em função das necessidades expressas em cada momento e da capacidade dos seus decisores as concretizarem.

Assim, a partir de 1974 foi necessário proceder em Portugal a reformas que ajudassem o País a diminuir as assimetrias e os desequilíbrios regionais. Para Alves (2007: 45)

“...o âmbito regional e o local surgem como espaços de coerência onde é mais fácil a coordenação das intervenções e é possível obter maior visibilidade e constituem o lugar privilegiado para o restabelecimento de relações de proximidade e para o reconhecimento da intervenção pública.”

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976 pela Assembleia Constituinte, no seu art.º 235º, veio atribuir às Autarquias Locais uma vivência democrática e com novas competências. Em 1977 foi publicada a Lei das Atribuições e Competências das Autarquias e seus Órgãos (Lei n.º79/77 de 25 de

outubro) e, em 1979, foi publicada a Lei n.º1/79 de 2 de janeiro, da Autonomia Financeira das Autarquias. Com este conjunto legislativo foram criados os instrumentos de base da política regional e do planeamento para as décadas seguintes.

Segundo Brito (2005: 37) “As autarquias deixaram de estar sujeitas a mendigar subsídios, apoios ou participações ao Poder Central para passarem a dispor do seu próprio quadro financeiro, definido por lei, e que numa larga medida só a elas competia gerir.”

Com efeito, com a nova legislação, as autarquias passaram a beneficiar de receitas fiscais e de impostos, que até aí eram pertença da Administração Central, bem como de verbas do fundo de equilíbrio financeiro, o que lhes permitiu aumentar a sua autonomia e poder decisório.

Mas o Estado tinha a noção da debilidade em que se encontravam os meios humanos, técnicos e financeiros das autarquias, pelo que era necessário fortalecer o Poder Local. Para o efeito tinha que apoiar a consolidação dos seus poderes e lhe proporcionar maior autonomia. Segundo Oliveira (1996: 131) “quando em 1976 se encetou todo um programa de reforço do Poder Local, uma das lacunas que se pretendeu colmatar respeitava à debilidade técnica dos Municípios. Não havia quadros fixados, em número adequado, fora dos grandes centros,...”. Os Municípios não dispunham de um corpo técnico que lhes permitisse dar resposta às inúmeras solicitações, nas variadas competências que passaram a ter.

No final da década de 70 do século XX, o número efetivos da Administração Central representava cerca de 84%, enquanto na Administração Local representavam apenas 16%. Para além disso, o grau de escolaridade era também bem distinto. Enquanto na Administração Central os efetivos com 6 anos de escolaridade representavam 37% e os com mais de 12 anos de escolaridade representavam 39%, na Administração Local os efetivos com 6 anos de escolaridade representavam 81% e os com mais de 12 anos de escolaridade apenas 4%. Assim, assistia-se a uma transferência de competências e responsabilidades num panorama em que os recursos humanos da administração local eram em menor número e com menores qualificações, o que dificultava o desempenho das mesmas funções.

De modo a colmatar essa lacuna, a Administração Central procurou

“agregar...um certo número de municípios que formassem uma unidade para a qual trabalhasse um conjunto coerente de técnicos: engenheiros, arquitectos, desenhadores, topógrafos, fiscais de obras, etc.

Foi assim que iniciaram funções, informalmente, os Gabinetes de Apoio Técnico e os Agrupamentos de Municípios que constituíam a sua base territorial de referência.” (Oliveira, 1996: 131)

No mesmo sentido Caetano, Barata, Esteves e Pessoa (1982: 100) reafirmam ainda que

“Parece óbvio que os Gabinetes de Apoio Técnico se apresentaram como uma medida de recurso e transitória, uma vez que a forma correcta encontrar-se-ia na institucionalização das regiões administrativas – a quem incumbem constitucionalmente tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios...”

Em 1979, com a publicação do Decreto-lei n.º58/79, de 29 de março foram, no território do Continente, criados formalmente os Gabinetes de Apoio Técnico, os quais vigorariam por quase 30 anos. “...os Gabinetes de Apoio Técnico, que vieram reforçar, diria mesmo na maior parte dos casos, instalar uma capacidade técnica de projeto junto dos órgãos do poder local e, posteriormente uma capacidade do planeamento urbano local e supramunicipal.” (Martins, 2000: 108)

Os GAT's foram considerados escolas de referência, ao nível do projeto e do planeamento municipal. Tinham como atribuições a assessoria técnica aos municípios do respetivo agrupamento, no âmbito da gestão, definição e execução de serviços de natureza técnica, competindo-lhes emitir pareceres, elaborar projetos de obras e empreendimentos, inventariar carências de infraestruturas e equipamentos.

Em 1998 a Comissão de Apoio à Restruturação do Equipamento e da Administração do Território (1998: 43) mencionava ainda que

“As atuais atribuições e competências dos Municípios têm-lhes vindo a ser transferidas ao longo dos 22 anos de poder local democrático.

Apesar do esforço que tem sido feito, não tem sido possível aos Municípios, por razões que se prendem com a falta de recursos

financeiros e técnicos, desenvolver integralmente as competências que lhes estão legalmente cometidas. É pois, imprescindível que sejam criadas as condições que permitam aos municípios intervir de forma efectiva e global nas áreas referidas na Lei das Autarquias Locais”.

Com efeito, a Lei-quadro das Regiões Administrativas, Lei n.º56/91, previa no âmbito das competências do apoio à ação municipal, a coordenação dos GAT's pelas regiões administrativas.

Na ausência da criação de órgãos regionais bem definidos, tema que deixou de estar na ordem do dia após o referendo sobre regionalização em 1998, foi atribuída às CCR's a função de coordenação dos GAT's. Conforme refere Lopes (2001: 362) “As C.C.R. são órgãos periféricos do Ministério da Administração Interna, ... para, entre outras funções, «exercerem no respectivo âmbito regional, a coordenação, a compatibilidade das acções de apoio técnico, financeiro e administrativo às autarquias locais...».” “...visando a institucionalização de formas de cooperação e diálogo entre as autarquias e o Poder Central” (Caetano *et al.* 1982: 101)

Assim, os GAT's, embora trabalhando para as Autarquias Locais, dependiam hierarquicamente das CCR's.

Na relação entre CCR's e Autarquias Locais, os GAT's tiveram, também, um papel de intermediário ao nível do acompanhamento e validação dos financiamentos, nacionais e comunitários, de obras municipais.

Com a adesão de Portugal à CEE, em 1986, foi necessário elaborar programas de desenvolvimento regional (PDR), “exigidos pelas instâncias comunitárias como condição de acesso às verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).” (Lopes, 2001: 363). Os PDR's eram também necessários para candidaturas ao FEOGA, FSE e outros programas subsequentes, nos diversos quadros comunitários.

O acompanhamento e validação física e financeira de empreitadas municipais, objeto de candidaturas aprovadas com este tipo de financiamento, constituiriam um domínio privilegiado de intervenção na atividade total do GAT de Tavira.

A Revisão de literatura permitiu caracterizar em que contexto surgiram os GAT's e qual a importância e o seu papel enquanto estruturas de apoio ao desenvolvimento regional e local, através da sua atuação junto dos municípios do respetivo Agrupamento.

Para se perceber essa circunstância é necessário remontar à década de 70 do século XX e à própria Constituição e entender como estas estruturas, distribuídas por todo o país, contribuíram para o desenvolvimento municipal e conseqüentemente regional.

Após a adesão de Portugal à CEE, o papel dos GAT's no acompanhamento físico e validação financeira de obras financiadas por fundos comunitários foi fundamental, destacando-se ainda o seu papel enquanto elo de ligação entre a Administração Central e a Administração Local.

3. A ADMINISTRAÇÃO PERIFÉRICA DO ESTADO

No final da década de 70, do século XX, os municípios tinham um corpo técnico muito reduzido. Com o alargamento da esfera de atuação das autarquias, através da lei de atribuições e competências das autarquias e seus órgãos e da lei das Finanças Locais, estas depararam-se com novos desafios e problemáticas, em diversos níveis da gestão municipal, sem terem meios técnicos internos para os resolver.

Avaliada esta problemática, o Governo criou formalmente os Gabinetes de Apoio Técnico com o objetivo de coadjuvarem as Autarquias Locais e aumentarem a eficiência da sua ação. Eram estruturas dependentes da Administração Central mas destinadas a apoiar a Administração Local.

Os GAT's, consistiam numa forma híbrida de administração periférica da Administração Pública. Eram uma estrutura com uma gestão partilhada entre a Administração Central e a Administração Local e constituíram um processo inovador e quase único de método de trabalho e de gestão participada.

Tinham como atribuições o apoio e assessoria técnica aos municípios que integravam a respetiva área de atuação, no âmbito da gestão e na definição e execução de serviços de natureza técnica. Aos GAT's competiam emitir pareceres, elaborar projetos, inventariar carências de infraestruturas e de equipamentos e proporcionar demais apoio que as autarquias necessitassem em cada momento. A ligação era feita ao nível dos presidentes de Câmara e do diretor do GAT, em reuniões conjuntas para análise de soluções para os problemas dos municípios e, num segundo nível, entre técnicos das Autarquias e do GAT's.

Neste contexto surgiu o GAT de Tavira, cuja área de atuação era o Agrupamento de Municípios do Sotavento Algarvio, que compreendia os Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António.

Tendo passado, inicialmente, por uma fase de grande dinamismo e volume de trabalho destinado aos Municípios que apoiava, o GAT de Tavira, no início do ano 2000,

encontrava-se depauperado de meios humanos e desatualizado de meios técnicos, dado o fraco investimento que tinha sido feito neste organismo nos últimos anos.

Passados mais de 20 anos sobre a criação dos GAT's, o seu funcionamento e gestão estavam desgastados. O GAT de Tavira não era exceção, sendo por isso criticado, por vezes, pelas Autarquias.

No final de 1999 os recursos humanos do GAT de Tavira eram constituídos por 18 funcionários: 6 técnicos superiores, 7 técnico-profissionais, 2 administrativos e 3 auxiliares. A idade média era superior a 40 anos de idade, na maioria do sexo masculino.

Na primeira reunião Inter-Câmaras do Agrupamento do Sotavento Algarvio, de 2000, foi apresentado, pelas Câmaras Municipais à nova direção do GAT de Tavira, um panorama negativo sobre a capacidade de resposta do GAT face às exigências e solicitações dos Municípios.

Como a Administração Central/ CCRA estava afetada por limitações orçamentais, com origem no Orçamento do Estado, implicando uma contenção na contratação de pessoal, o GAT de Tavira não tinha admitido técnicos nos últimos anos.

Assistia-se à saída, por reforma ou transferência, dos técnicos do GAT de Tavira. Havia uma equipa técnica desmotivada e dotada de equipamentos obsoletos.

Perante a falta de disponibilidade de meios financeiros da CCRA e num quadro de escassez de meios humanos, meios técnicos desatualizados e um conjunto de pedidos de apoio por realizar, foi proposto, pelo GAT, um novo modelo de gestão/organização, mais equilibrado e favorável a todos os intervenientes. Este modelo consistia no reforço da equipa técnica e no reforço de outros meios considerados fundamentais para a satisfação das exigências então formuladas pelos Municípios, com uma repartição dos custos envolvidos por todas as entidades.

Os técnicos do GAT detinham o conhecimento do território e dos métodos de trabalho eficazes para uma perfeita execução das tarefas. Com rigor, sabedoria, metodologias e práticas de trabalho adequadas a cada situação.

As Autarquias tinham poder autonómico e financeiro satisfatório para a contratação de meios humanos e aquisição de equipamentos.

A CCRA tinha em Tavira instalações adequadas, possibilidade de apetrechar com material informático e mobiliário, (aproveitamento do material que resultou do desmantelamento do Pavilhão do Território, EXPO 98) e alguns meios humanos.

Com estes pressupostos, foi construído o modelo de gestão que se materializou através da celebração de um protocolo, entre as cinco entidades (CCRA e Municípios), em que cada uma das entidades se comprometia a contribuir para suportar financeiramente o pagamento de técnicos e viaturas.

Os Municípios ficaram responsáveis pela contratação de 3 técnicos e pela aquisição de 2 viaturas.

A CCRA ficou responsável pela contratação de 3 técnicos e disponibilização de equipamento informático e mobiliário.

Para além de alterações introduzidas na direção, a que a autora deste Relatório esteve desde logo ligada, a entrada destes 6 técnicos teve um efeito muito positivo em toda a equipa e funcionou como uma alavanca de qualidade para toda a estrutura técnica. Gerou alterações em termos processuais, permitiu a transferência de conhecimento e de técnicas de trabalho por quem já fazia parte da equipa para os novos elementos e, por outro lado, estes trouxeram consigo novos métodos de trabalho, organização e bastante dinamismo.

Refira-se que os novos técnicos admitidos eram, na generalidade, recém-licenciados, com pouca experiência profissional, com idades compreendidas entre 23 e 30 anos.

Neste novo modelo de gestão, os técnicos contratados pelos Municípios trabalhavam nas instalações e sob a subordinação funcional do GAT de Tavira, para todos os Municípios do Agrupamento e não apenas para quem os tinha contratado, ou seja, havia a partilha de recursos no Agrupamento de Municípios. Este modelo manteve-se em funcionamento até à extinção do GAT.

Nos anos seguintes a 2002, só os Municípios continuaram a contratar técnicos, tendo a CCRA apenas realizado investimentos ao nível de equipamento de *software* informático. Mencione-se que, no final de 2007, trabalhavam no GAT 7 técnicos superiores contratados pelos Municípios.

O Decreto-Lei n.º 134/2007 definiu uma nova organização interna para as CCDR, no qual se determinava que todos os GAT's tinham que ser extintos até 30 de junho de 2008, referindo que os seus meios poderiam ser integrados na respetiva CCDR, nos Municípios ou em Associações de Municípios.

Considerava o Diploma que os Municípios já se encontravam suficientemente apetrechados, com adequados meios próprios, não necessitando do apoio externo do GAT para a consolidação da sua autonomia local, técnica e administrativa.

Neste sentido, no primeiro semestre de 2008, a maioria dos GAT's existentes no país foi extinto e os seus técnicos integrados nas CCDR's ou transitados para o “regime de mobilidade”.

Com o GAT de Tavira esboçou-se uma situação diferente, devido sobretudo ao seu bom desempenho e interesse manifestado pelo conjunto dos Municípios que integravam a sua área de atuação. Inicialmente esses quatro Municípios manifestaram interesse na continuação da existência do GAT, embora com outra designação e com suporte financeiro apenas com origem nestes Municípios. Porém, num segundo momento, feita uma avaliação financeira mais ponderada, apenas o Município de Tavira considerou ter capacidade financeira para o efeito. Note-se que este Município era o que mais beneficiava do trabalho aí realizado, como adiante se verá.

Assim, cumprindo a lei, o GAT de Tavira foi extinto a 30 de junho de 2008. O seu corpo técnico foi, quase por inteiro, absorvido pelo Município de Tavira, bem como todos os seus recursos materiais e patrimoniais. Caso excecional de integração, senão único, no panorama nacional da biografia dos GAT's.

4. AS REALIZAÇÕES DO GAT DE TAVIRA: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DADOS

A atividade do GAT de Tavira tinha como base o Plano de Atividades Anual o qual era aprovado no início de cada ano, sob proposta do GAT, pelos quatro Municípios do Agrupamento do Sotavento Algarvio. Este Plano, sob a forma de Relatório Anual, continha o balanço do trabalho efetuado no ano anterior e a proposta de trabalhos a realizar nesse ano, em consequência dos pedidos formulados e da capacidade de resposta que o Gabinete tinha para o efeito.

Para além deste momento formal, eram constantes, ao longo do ano, os contactos entre técnicos municipais e técnicos do GAT. O bom relacionamento institucional e pessoal entre todos era um bom contributo para que os trabalhos se desenrolassem da melhor forma, com troca de informação, transparência e clarificação de conceitos.

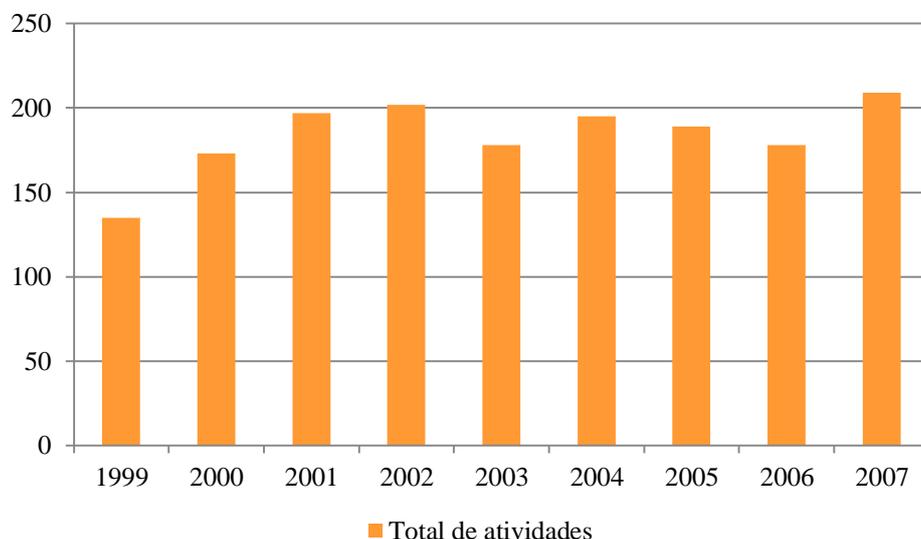
Com base nestes Relatórios anuais irá ser analisado o trabalho realizado pelo GAT de Tavira e o seu impacto no desenvolvimento dos Municípios daquela área do Algarve.

4.1 Evolução e diversidade de atividades desenvolvidas

No ano 2000, com a criação do novo modelo de gestão e funcionamento dos serviços, criaram-se expectativas de maior desempenho do GAT de Tavira, tendo havido um aumento de solicitações por parte dos Municípios. Enquanto em 1999 tinham sido realizadas 135 atividades, em 2000 realizaram-se 173 atividades.

Ao longo do período em análise, 2000-2007, houve uma evolução crescente do número de atividades realizadas pelo GAT de Tavira, atingindo, em 2007, 209 atividades. Contudo, essa evolução não foi constante tendo sofrido algumas oscilações, conforme se pode observar na Figura 4.1.

Figura 4.1 - Evolução anual do número de atividades



Considerando a diversidade de trabalhos solicitados, o seu grau de complexidade e o número de horas despendidas com cada um deles, poder-se-ão diferenciar três grupos de trabalhos.

No primeiro grupo, incluem-se trabalhos de maior complexidade, dimensão, número de técnicos envolvidos, horas despendidas na sua realização ou maior importância financeira.

No segundo grupo, incluem-se trabalhos de tipo técnico-administrativo e processual, de carácter isolado ou pontual.

No terceiro grupo, incluem-se trabalhos de maior duração temporal, embora o tempo despendido com eles não tenha sido contínuo, pois a sua execução pode depender de fatores externos ou serem autónomos.

4.1.1 Grupo 1: Projetos, Fiscalizações e Acompanhamento de Obras Financiadas

Este é o grupo de maior importância no conjunto de atividades desenvolvidas pelo GAT de Tavira; poder-se-á dizer que é o seu *core business*. Incluem-se neste grupo a elaboração de projetos de grande diversidade e dimensão variada, a fiscalização de

obras municipais e o acompanhamento geral e validação física e financeira das componentes executadas das obras financiadas, estes últimos com orçamentos muito elevados e grande responsabilidade financeira. O volume de solicitações era o resultado da escassez de técnicos municipais, nas áreas de arquitetura e engenharia civil. Refira-se que alguns dos Municípios do Sotavento Algarvio dispunham, no final dos anos 90, apenas de dois engenheiros para toda a atividade técnica municipal, nas áreas das obras e do urbanismo.

4.1.1.1 Elaboração de Projetos

A realização de projetos teve, desde sempre, um grande peso em toda a atividade realizada pelo GAT de Tavira. É sabido que um projeto pode englobar mais de uma dezena de especialidades, nomeadamente: levantamento topográfico, arquitetura, arquitetura paisagista, estabilidade, rede predial de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais, infraestruturas elétricas, eletricidade, instalações de telecomunicações, projeto de segurança contra risco de incêndio, plano de higiene, segurança e saúde no trabalho, plano de gestão de resíduos, mapa de trabalhos, medições, orçamento, programa de concurso e caderno de encargos.

Consoante a natureza e objeto do projeto assim se definem as especialidades que são necessárias ser produzidas. Para além disso, para cada especialidade são necessários técnicos, nomeadamente: arquitetos, arquitetos paisagistas, topógrafos ou engenheiros topógrafos, engenheiros civis, engenheiros eletrotécnicos, medidores/orçamentistas, juristas ou outros com formação adequada à especialidade que deverá ser elaborada. Saliente-se, também, que a execução de uma especialidade pode levar semanas ou meses a executar, sendo função da sua dimensão, complexidade, pareceres de entidades externas ou aprovação pelo Município.

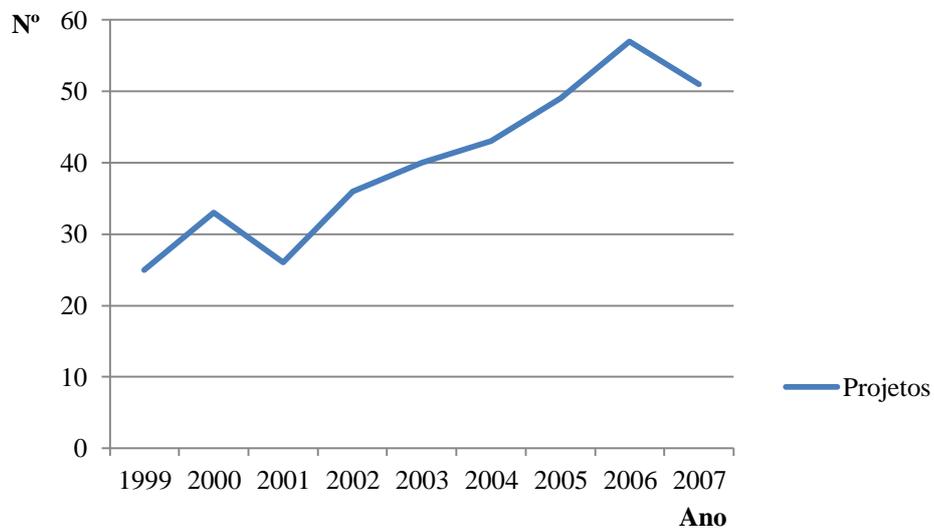
No início do ano de 2000, o corpo técnico do GAT era composto por 13 técnicos, dos quais 6 técnicos superiores e 7 técnico-profissionais.

No final de 2007 o corpo técnico tinha 19 técnicos, dos quais 10 técnicos superiores e 9 técnico-profissionais.

Com base no modelo instituído, e como anteriormente já se referiu, 6 dos técnicos eram contratados pelos Municípios mas encontravam-se a trabalhar nas instalações e sob a orientação do GAT.

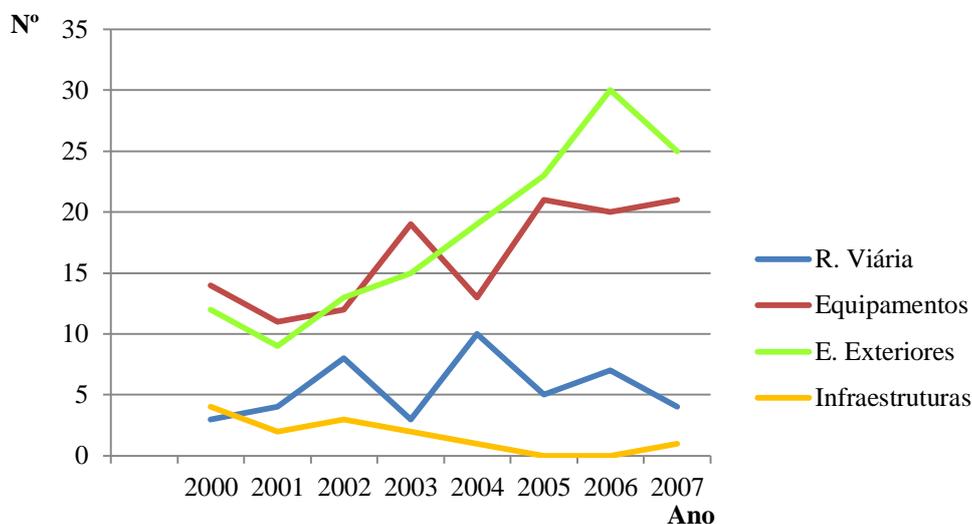
No período em análise, 2000-2007, a realização de projetos teve um peso bastante acentuado, assistindo-se à duplicação do seu número. De 25 projetos realizados, em 1999, se se considerar o ano de 1999 como o ano de referência, avançou-se para 51 projetos realizados em 2007 (Figura 4.2).

Figura 4.2 - Evolução do total de projetos, 1999-2007



Para melhor sistematização dos projetos solicitados, ao longo dos 8 anos em estudo, estes são aqui agregados em 4 grupos: rede viária, equipamentos coletivos, espaços exteriores e infraestruturas, (Figura 4.3).

Figura 4.3 – Evolução anual de projetos



Observe-se que a importância de cada grupo, ao longo do período em estudo, vai-se alterando. Se no início dos anos 2000 as infraestruturas tinham algum peso, com o passar dos anos foram perdendo vulto e em 2007 é quase nulo o seu número. A rede viária apresentou uma maior expressão mas também se manteve com valores baixos. Por outro lado, assistiu-se a uma mudança em que os projetos de equipamentos coletivos e os de espaços exteriores assumiram um papel cada vez mais relevante, destacando-se substancialmente dos restantes, (Figura 4.3).

“É comum que, a seguir às estradas, a prioridade seja a água, ..., e o saneamento básico...na sequência daquelas infraestruturas costumam surgir, como prioritários, os equipamentos de saúde e de educação;” (Oliveira, 1996: 115).

Refletindo sobre essa mudança, julga-se que a mesma foi devida à evolução que ocorreu na renovação dos aglomerados urbanos e na satisfação progressiva das necessidades básicas das suas populações. O desenvolvimento económico e social dos aglomerados, que aconteceu com a infraestruturização destes, foi alterando o conceito de necessidades básicas. Este facto permitiu que se passasse do patamar das infraestruturas de saneamento básico e rodoviárias para os equipamentos coletivos e a qualificação de espaços exteriores.

Deixaram de ter tanta importância os projetos relativos a reservatórios de água, redes de abastecimento domiciliário de água, caminhos rurais, caminhos municipais, pavimentação ou repavimentação de caminhos, para serem mais solicitados projetos de escolas, jardins-de-infância, lares, centros de dia, polidesportivos, museus, mercados, heliporto, igrejas, parques públicos, valorização paisagística de rotundas, renovação de largos ou requalificação de espaços públicos de arruamentos urbanos ou de aldeias rurais.

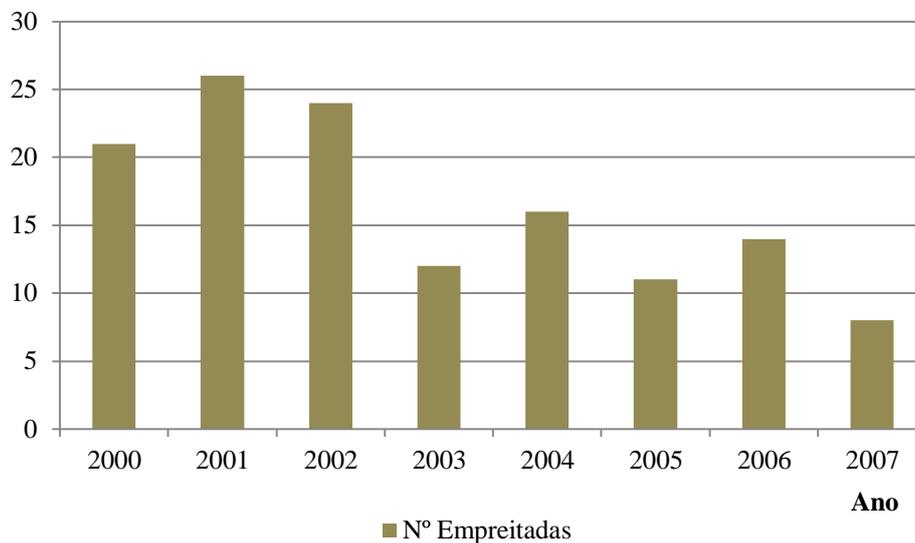
Tal como afirma Correia (2009: 33) a propósito dos 30 anos de Poder Local,

“ Ao longo destes trinta anos, o Poder Local cimentou-se por uma grande proximidade com os eleitores e por uma grande capacidade de realização com eficácia... Nos tempos iniciais a grande tarefa... centrou-se nas estradas e caminhos, na eletrificação rural e nas redes de águas e esgotos. Numa segunda etapa as autarquias têm-se centrado na construção de bibliotecas, de piscinas, de pavilhões desportivos,.. No ciclo atual e nos tempos que se aproximam, a requalificação urbana, os novos espaços verdes, a concentração e os reequipamentos escolares, o apoio à rede social... estão nas nossas mãos.”

4.1.1.2 Fiscalização de Obras Municipais

A fiscalização de obras municipais foi também uma atividade bastante importante na atividade desenvolvida pelo GAT. Porém, ao longo dos anos, foi diminuindo de importância, em especial a partir de 2003 (Figura 4.4). Este facto correspondeu a um aumento de autonomia do corpo técnico dos Municípios e à contratação de fiscalização externa por parte destes.

Figura 4.4 - Evolução do número de obras fiscalizadas

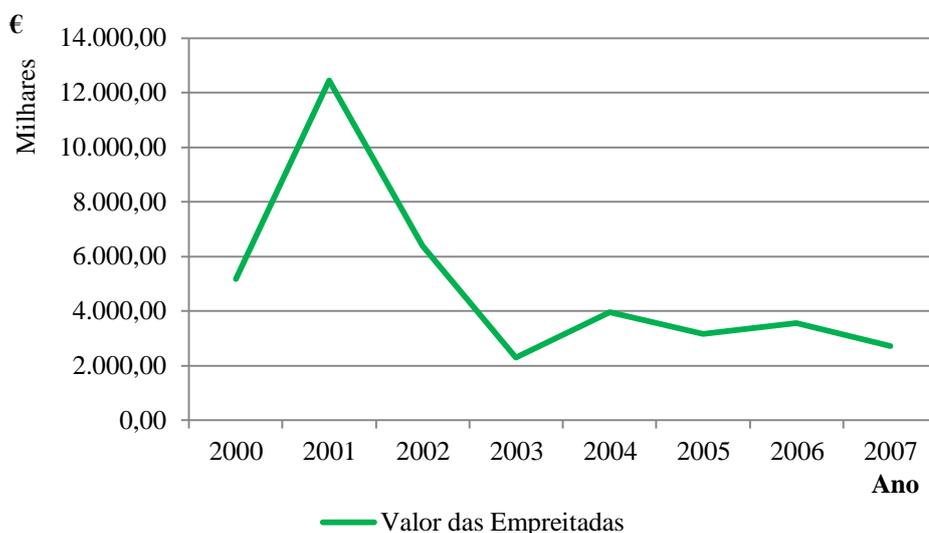


Muitos dos engenheiros civis que eram então técnicos dos Municípios tinham anteriormente estagiado ou trabalhado no GAT. A “escola GAT” tinha-lhes proporcionado experiência, em contexto real de trabalho e conhecimentos, que, sob o ponto de vista técnico, tornavam os Municípios mais autónomos.

Por outro lado, certos programas de financiamento permitiam que as candidaturas englobassem não só a comparticipação do valor da empreitada como também da fiscalização. Neste caso, os Municípios recorriam a fiscalização externa, libertando o GAT para outras funções.

Para além das obras fiscalizadas, outro aspeto a analisar é o seu montante financeiro, o qual revela a dimensão e complexidade das obras.

Figura 4.5 - Evolução do valor monetário das obras fiscalizadas



Se se comparar o comportamento do gráfico da Figura 4.4 com o da Figura 4.5, observa-se que em ambos os casos o valor máximo ocorreu em 2001 e o mínimo em 2003. Porém nos restantes anos não houve uma correspondência tão direta entre o número de empreitadas e o valor financeiro das mesmas. Se se aprofundar a análise, ao nível municipal, essa diferença ainda é maior, pois houve Municípios com muitas empreitadas de baixo valor, a par de outros com menor número de empreitadas, mas de valor bastante elevado.

Este facto denota o diferente poder económico dos Municípios e o seu comportamento face à diversidade de obras que realizavam. Municípios mais rurais, com mais carências, que efetuam maior número de obras mas de pequena dimensão, em diversas localidades, ou Municípios mais urbanos, que se centram em obras mais estruturais ou emblemáticas, com maior investimento unitário.

Veja-se, para maior detalhe, a este propósito o Apêndice 1, (Evolução da Fiscalização de Obras Municipais).

4.1.1.3 Acompanhamento de Obras Financiadas

O acompanhamento geral e validação física e financeira das componentes executadas das obras municipais financiadas por programas nacionais e comunitários foi também uma função atribuída ao GAT de Tavira quando passou a haver participações aos Municípios para o financiamento de obras. Esta função constituía um outro elo de ligação, outra seja, uma outra “ponte” entre os Municípios e a CCRA.

O período em estudo, 2000-2007, abrangeu o QCA III - Programa PROAlgarve, cuja vigência foi 2000-2006 e o início do QREN - PO21, cuja vigência é 2007-2013.

Figura 4.6 - Evolução do Acompanhamento de obras financiadas



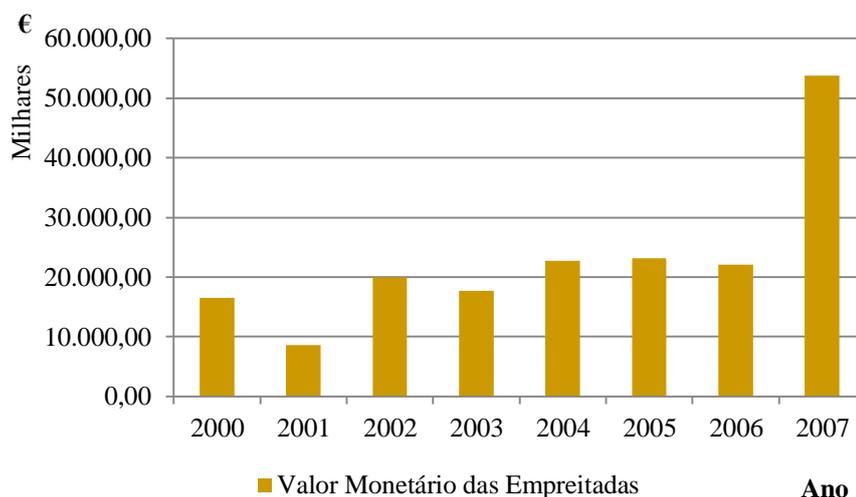
Observando-se a Figura 4.6, o ano 2000 apresentava um número de empreitadas considerável. Poder-se-ia interpretar que este valor era proveniente do início de um novo Programa de Financiamento Comunitário – PROAlgarve (2000-2006). Contudo, esse valor ficou-se a dever ao facto dos Programas Comunitários anteriores (FEDER, PROA, INTERREG II, ODIANA, Centros Rurais do Nordeste Guadiana e Nordeste Interior) permitirem que nos dois anos seguintes ao seu encerramento (1999) ainda fosse possível concluir a execução física e financeira de candidaturas aprovadas, o que na realidade aconteceu.

O ano 2001 apresentava o valor mais reduzido de todo o período, devido ao facto de ser um ano de transição: encerramento financeiro de programas anteriores e início de outro programa, em que a execução física e financeira ainda não tinha expressão.

De 2002 a 2005, as obras foram financiadas só pelo Programa PROAlgarve. No final do período em análise existiram também outros programas de financiamento comunitário e nacional, nomeadamente: PIPITAL, INTERREG IIIA, POLIS, URBCOM e Contratos-Programa.

Pela análise da Figura 4.6 observa-se que o número de obras financiadas, objeto de acompanhamento geral e validação física e financeira, duplicou no final do período. Não foi um crescimento linear, tendo havido certas variações durante alguns anos, o que teve origem em causas exógenas ao GAT, nomeadamente encerramento e início de programas comunitários, número de candidaturas aprovadas, calendário eleitoral dos Municípios, entre outras.

Figura 4.7 - Valor Monetário das Empreitadas



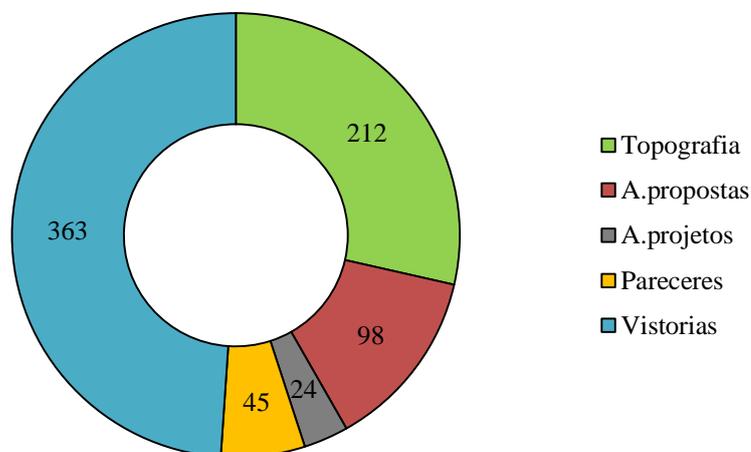
Sob o ponto de vista financeiro, perante a Figura 4.7 observa-se que foi diferente a tendência anual do acompanhamento da execução de empreitadas. Com efeito, 2001 coincide com o ano de menor valor, pelos motivos anteriormente citados de encerramento de um programa e início de outro.

Em 2002 duplica o valor do ano anterior e em 2003 volta a descer. 2004, 2005 e 2006 são anos de estabilização do valor de empreitadas acompanhadas, atingindo valores de cerca de 22 milhões de euros, o que não corresponde a um mesmo número de empreitadas, pois em termos de valor absoluto passou-se de 34 em 2004, para 41 em 2005 e para 70 empreitadas acompanhadas em 2006. Isto significa que em 2006 o número de obras duplicou face a 2004, embora a verba investida com as mesmas tenha sido sensivelmente igual. A dimensão financeira dos projetos diminuiu neste período. O ano de 2007 é, em ambos os sentidos, um ano de muito trabalho, quer em número de empreitadas acompanhadas e validadas quer no volume monetário das mesmas. Mais uma vez a leitura destes números tem que ser associada ao encerramento de programas de financiamento.

4.1.2 Grupo 2: Trabalhos Técnico-administrativos e Processuais

Neste segundo grupo, encontram-se os trabalhos com uma tipologia técnico-administrativa e processual, nomeadamente: topografia, análise de propostas, análise de projetos, pareceres técnicos e vistorias.

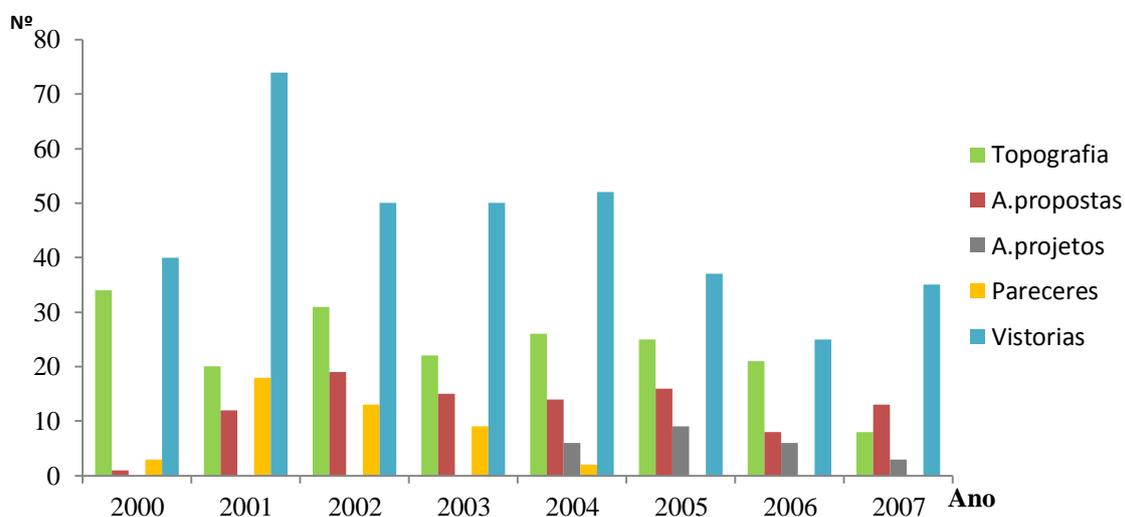
Figura 4.8 – Número de trabalhos /atividades do Grupo 2, 2000-2007



Estes trabalhos tinham um carácter isolado ou pontual. Porém o número de atividades desenvolvidas foi, no seu conjunto, bastante expressivo, conforme se pode observar na Figura 4.8, tendo ocupado um volume considerável de horas de trabalho, muitas das quais em trabalho de campo.

Na Figura 4.9 pode ser observada a evolução anual de cada uma destas atividades.

Figura 4.9 - Evolução das Atividades do Grupo 2



Os trabalhos de topografia, executados através de levantamentos topográficos, serviam de base para a elaboração de qualquer projeto, apoio arqueológico, medição de áreas, cálculo de volumes, etc.. Esta atividade foi uma tarefa bastante solicitada, registando-se no total do período 212 trabalhos, com uma média anual de 26,5 /ano.

A análise de propostas de concursos de empreitadas não sofreu grande variação ao longo do período em estudo, tendo-se registado uma média anual de 12,3 análises. Neste campo, foi essencialmente o Município de Alcoutim que solicitou esse apoio. Esta situação deveu-se ao facto deste Município não dispor de uma equipa com um número suficiente de técnicos para realizar a análise de todas as propostas de empreitadas, relativas aos vários concursos.

Sobre a análise de projetos, é de referir que nem todos os projetos que os Municípios necessitavam para lançamento de empreitadas eram realizados pelo GAT. Por vezes encomendavam os projetos a gabinetes privados. Posteriormente os Municípios solicitavam ao GAT a sua análise antes de os submeter a concurso, para verificação da conformidade e qualidade técnica dos mesmos, prática que se iniciou apenas em 2004 e que resultou de uma maior capacidade financeira das autarquias.

A partir de 2005, a emissão de pareceres sobre diversas vertentes municipais deixou de ser solicitada, o que revelou mais uma vez que os Municípios foram adquirindo autonomia técnica e logo menor dependência em relação ao GAT.

As numerosas vistorias que se realizaram ao longo do período em análise, foram dirigidas essencialmente ao Município de Tavira. Eram vistorias de diversa natureza: propriedade horizontal, reabilitação urbana, receções provisórias ou definitivas de empreitadas, verificação de condições de habitabilidade, entre outras. Este Município teve como prática corrente a inclusão, nas suas comissões de vistoria, de um técnico do GAT, usualmente um engenheiro civil. Realizaram-se, em média, 45,4 vistorias por ano.

4.1.3 Grupo 3: Trabalhos de Maior Dimensão Temporal

No terceiro grupo encontram-se, como anteriormente se referiu, os trabalhos que se prolongavam num espaço temporal mais longo, embora o tempo despendido com eles não tivesse sido contínuo devido à dependência dos mesmos em relação a fatores externos ou ao facto de serem autónomos, nomeadamente elaboração de planos, loteamentos, acompanhamento de estágios curriculares ou profissionais.

Planos e loteamentos foram elaborados para Tavira e Castro Marim. O Plano Verde da Cidade de Tavira e o Plano de Intervenção de Cachopo para o Município de Tavira, o Loteamento Perequacionado de Altura, os Planos de Pormenor de Altura e o Plano de Intervenção de Odeleite para o Município de Castro Marim.

A orientação de estágios curriculares de alunos finalistas de cursos profissionais e estágios profissionais de recém-licenciados foi também aqui uma prática do trabalho do

GAT. Sendo o GAT de Tavira um organismo do Estado, era seu dever cívico proporcionar a realização de estágios no seu seio. Estágios curriculares, profissionais ou de integração social. Estes funcionavam como mecanismos de transmissão de conhecimento, de saber fazer, de aprendizagem de metodologias, destinados não só a futuros técnicos municipais, como é o caso dos aqui mencionados para Castro Marim e Tavira, como de tantos outros, solicitados por outras entidades públicas. Refira-se, por exemplo, a Universidade do Algarve, a Universidade de Évora, o Instituto de Emprego e Formação Profissional ou o Instituto de Apoio à Toxicodependência.

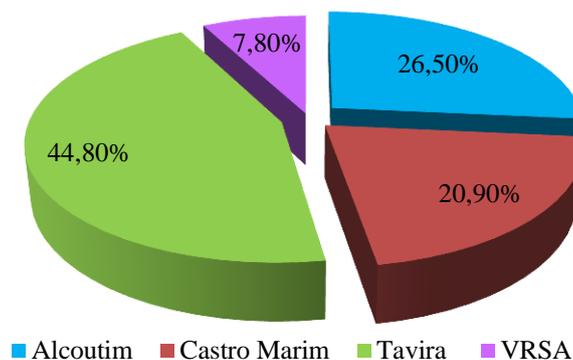
Na sequência desses estágios houve, em diversos casos, integração dos estagiários no corpo técnico dos Municípios.

Muitos dos técnicos superiores que integravam os quadros dos Municípios do Agrupamento tinham feito estágio ou trabalhado anteriormente no GAT, considerando ainda hoje o GAT de Tavira como uma referência no seu percurso profissional.

4.2 Trabalhos Realizados para cada Município

Outra abordagem da atividade do GAT de Tavira pode ser dirigida para o que foi executado para cada Município, de 2000 a 2007.

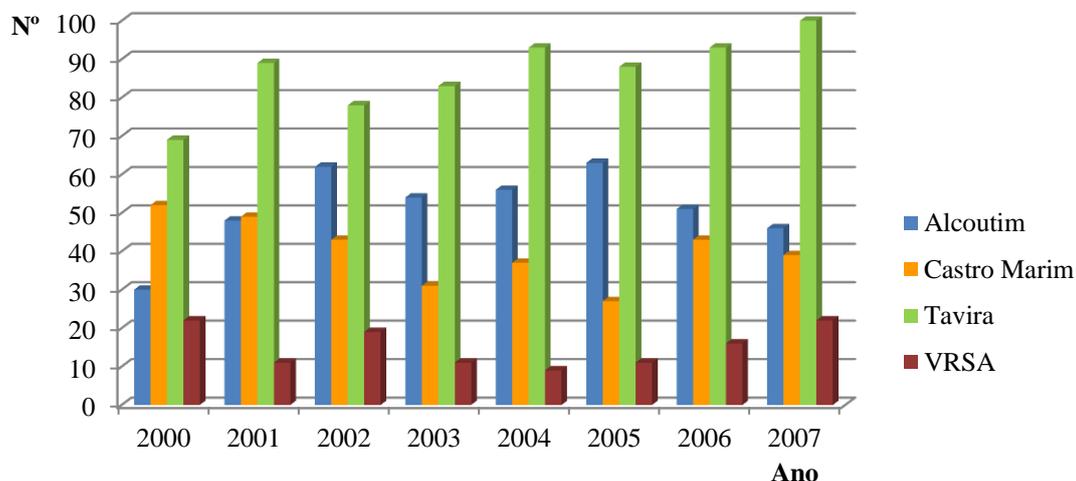
Figura 4.10 - Importância relativa do número total de trabalhos realizados para cada Município, 2000-2007



Como se pode observar na Figura 4.10 a repartição dos trabalhos realizados para cada Município foi diferente. O Município de Tavira destacava-se com 45% de toda a atividade solicitada pelo Agrupamento, seguido de Alcoutim e Castro Marim, enquanto VRSA apenas absorveu cerca de 8% dessa atividade. O Município com maior número de pedidos foi sempre o de Tavira, com uma média com 87 pedidos/ano, seguido de Alcoutim com 51 pedidos/ano, Castro Marim com 40 pedidos/ano e VRSA com 15 pedidos/ano.

Em termos de evolução também se observam variações no número de trabalhos efetuados por Município, bem como no peso relativo anual de cada um deles. Contudo, Tavira foi sempre o Município com maior número de trabalhos realizados em todos os anos e VRSA o com menor número. Alcoutim e Castro Marim foram variando (Figura 4.11).

Figura 4.11 - Evolução anual do número de trabalhos efetuados/Município

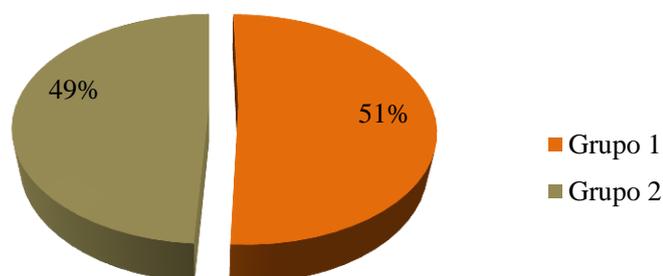


4.2.1 Alcoutim

O Município de Alcoutim desde sempre manteve uma relação de trabalho muito estreita com o GAT de Tavira. Embora geograficamente fosse o mais distante, não era impedimento para que as relações de trabalho fossem mais intensas. Para além disso, considerando que era o Município com menores recursos financeiros, e conseqüentemente menos meios técnicos e humanos para resolução e satisfação das necessidades dos munícipes, o apoio do GAT era o seu suporte técnico e uma mais-valia no apoio à decisão e na procura de soluções para os novos desafios. Na área das obras municipais e urbanismo contaram durante muito tempo apenas com dois engenheiros técnicos que tinham a responsabilidade de todo o trabalho municipal.

Seguindo a mesma metodologia de análise por grupos que se adotou na Secção 4.1, mas agora por município, poder-se-á observar que em Alcoutim 51% de toda a atividade solicitada incidu sobre o Grupo 1 e 49% incidu sobre o Grupo 2 (Figura 4.12), não se registando atividades no Grupo 3.

Figura 4.12 - Atividade total por Grupos, Alcoutim, 2000-2007



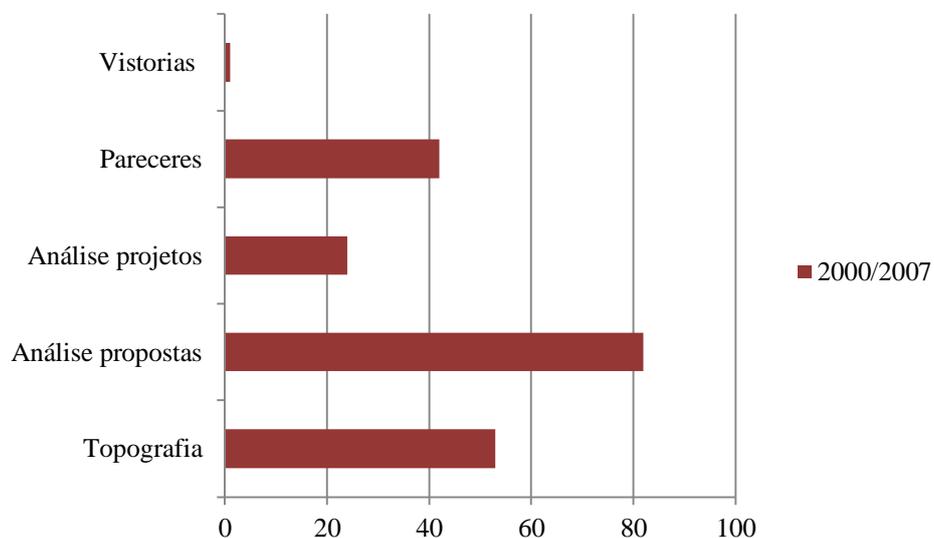
No Grupo 1, foi o Acompanhamento e validação física e financeira da componente executada de obras financiadas, que teve maior expressão, seguido pelos projetos e depois pela fiscalização. Conforme se pode observar na Tabela 4.1, a evolução do número de projetos foi variável no tempo. Porém o número de fiscalizações foi progressivamente diminuindo e, pelo contrário, o número de acompanhamentos de obras financiadas foi aumentando, o que se ficou a dever ao encerramento do PROAlgarve.

Tabela 4.1 - Evolução das atividades, Grupo 1, Alcoutim

GRUPO 1	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2000/2007
Projetos	5	7	7	4	9	11	11	5	59
Fiscalização obras m.	6	5	12	8	6	3	5	2	47
Acompanhamento físico/financeiro	11	3	4	12	15	15	20	23	103

No Grupo 2, as atividades realizadas foram variadas, tendo maior expressão a análise de propostas de concursos de empreitadas públicas e os pareceres, em consequência da reduzida equipa técnica municipal. Os trabalhos de topografia tiveram também expressão, não só na execução de levantamentos topográficos para elaboração de projetos, como também para levantamentos em campos arqueológicos, (Figura 4.13).

Figura 4.13 – Total de trabalhos realizados, Grupo 2, Alcoutim, 2000-2007

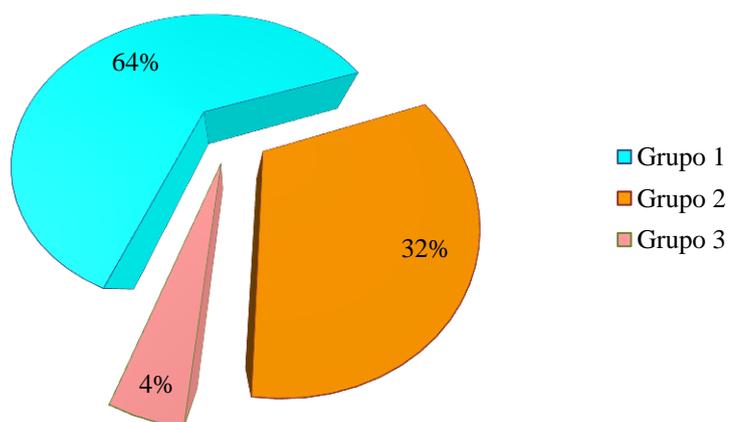


Para o Grupo 3 não houve atividade realizada pelo GAT de Tavira, como já se afirmou, devido a não ter sido apresentada qualquer solicitação.

4.2.2 Castro Marim

O Município de Castro Marim também manteve uma relação de trabalho estreita com o GAT. Neste caso, a razão principal resulta também da reduzida equipa de técnicos municipais na área das obras.

Figura 4.14 – Atividade total por Grupos, Castro Marim, 2000-2007



Na análise por grupos, observa-se que o Grupo 1 se destaca (64%), face ao Grupo 2 (33%) e Grupo 3 (3%) (Figura 4.14).

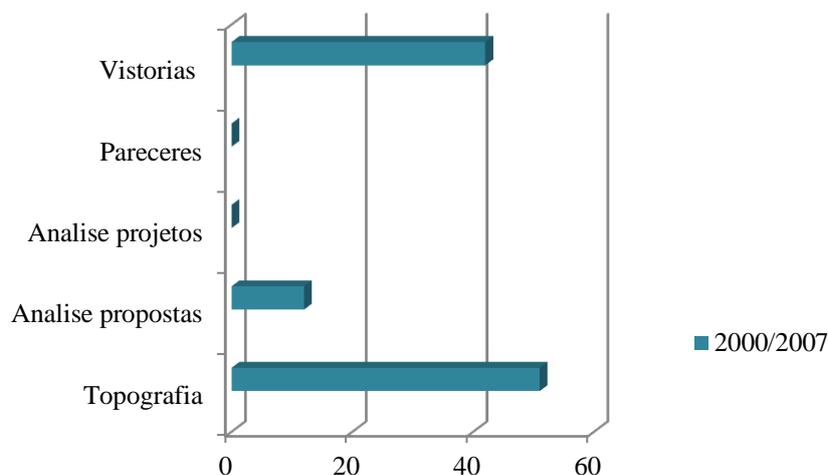
No Grupo 1, há um equilíbrio no número de trabalhos realizados (Tabela 4.2). Castro Marim foi um Município onde se realizaram muitos projetos de infraestruturas, equipamentos e onde se fiscalizaram um número apreciável de obras. Conhecedores profundos do território Castro-Marinense, os técnicos do GAT trabalhavam nas diversas tarefas para que eram solicitados, sempre como uma mais-valia, transmitindo aos técnicos municipais, que iam integrando o corpo técnico autárquico, o conhecimento e informação sobre aquele território.

Tabela 4.2 - Evolução das atividades, Grupo 1, Castro Marim

GRUPO 1	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2000/2007
Projetos	9	6	5	7	10	7	9	9	62
Fiscalização obras m.	10	17	8	3	9	8	6	3	64
Acompanhamento físico/financeiro	10	4	8	6	6	10	17	18	79

No Grupo 2 a topografia e a realização de vistorias foram as atividades mais relevantes (Figura 4.15), não tendo sido emitidos pareceres nem solicitadas análises de projetos.

Figura 4.15 - Total de trabalhos realizados, Grupo 2, Castro Marim, 2000-2007



Embora no total de atividades o Grupo 3 represente 3%, a dimensão e impacto dos trabalhos realizados teve um peso considerável dada a complexidade dos mesmos.

O Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve foi um bom exemplo disso. Inserido na estratégia de desenvolvimento regional, preconizada no âmbito do PROAlgarve e desenvolvida nas Áreas de Baixa Densidade, possibilitou a qualificação de recursos endógenos estruturantes, paisagísticos e patrimoniais, recursos humanos, tecido económico e empresarial e participação coletiva. Possibilitou que fossem elaborados planos e programas de ação de reabilitação física e recuperação económica de aldeias rurais.

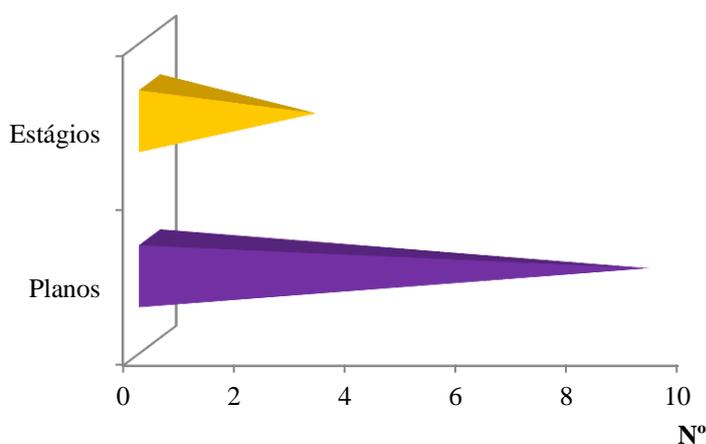
Esses planos foram elaborados em parceria entre a CCRA, autarquias e associações de desenvolvimento local, de modo a que para além do investimento em espaços públicos houvesse uma revitalização do tecido económico local.

No caso de Castro Marim, o GAT de Tavira participou na elaboração do Plano de Intervenção de Odeleite, aldeia rural do baixo Guadiana. Na sequência deste Plano, foram desenvolvidos projetos pelo Gabinete Técnico das Aldeias do Algarve e realizadas obras de recuperação de espaços públicos, estas executadas pelos municípios. Dir-se-ia que foi um processo planeado, projetado e concretizado. Teve uma

concretização material subsequente em muitas das ações, nos anos seguintes, aproveitando financiamentos do mesmo programa (PROAlgarve, Eixo 2).

Para além deste plano, foram elaborados loteamento e planos de pormenor, com aplicação de perequação enquanto método inovador no processo de planeamento urbanístico (Figura 4.16).

Figura 4.16 – Trabalhos realizados, Grupo 3, Castro Marim, 2000-2007



A orientação de estágios profissionais de recém-licenciados foi também aqui uma prática do trabalho da direção do GAT, tendo havido na sequência desses estágios integração no corpo técnico do Município.

4.2.3 Tavira

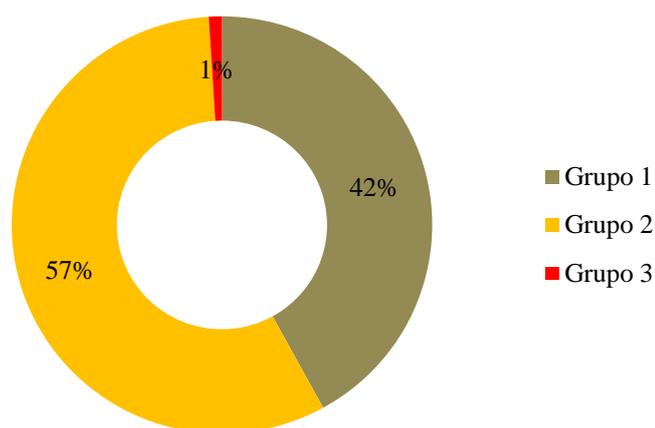
O Município de Tavira, no período 2000-2007, foi aquele para o qual o GAT mais trabalho executou, quiçá pela proximidade física dos interlocutores e do território. Porém, era também o Município de maior dimensão, cuja diversidade de situações territoriais (litoral-serra, cidade-campo) obrigava também a uma grande diversidade de trabalhos a realizar.

Este Município tinha já, nessa altura, um corpo técnico diversificado. Contudo as solicitações eram em grande número e era difícil que internamente se conseguissem

efetuar todas as tarefas. Com o reforço de técnicos do GAT, este Município passou a utilizar mais intensamente os recursos do Gabinete em diversas áreas, em especial no projeto. Este facto deu-se, a partir de 2002, de uma forma sempre crescente, em que os projetos de espaços exteriores tiveram grande impacto e visibilidade.

Numa análise por grupos, são os Grupos 1 (42%) e 2 (57%) que têm a grande maioria dos trabalhos, não tendo o Grupo 3 expressão no seu conjunto (1%) (Figura 4.17).

Figura 4.17 - Atividade total por Grupos, Tavira, 2000-2007



Este Município apresenta, de 2001 a 2007, uma evolução sempre positiva do número de projetos e do número de acompanhamentos e validação física e financeira (Tabela 4.3).

A fiscalização de obras municipais não foi um trabalho muito solicitado utilizando o Município os seus recursos internos.

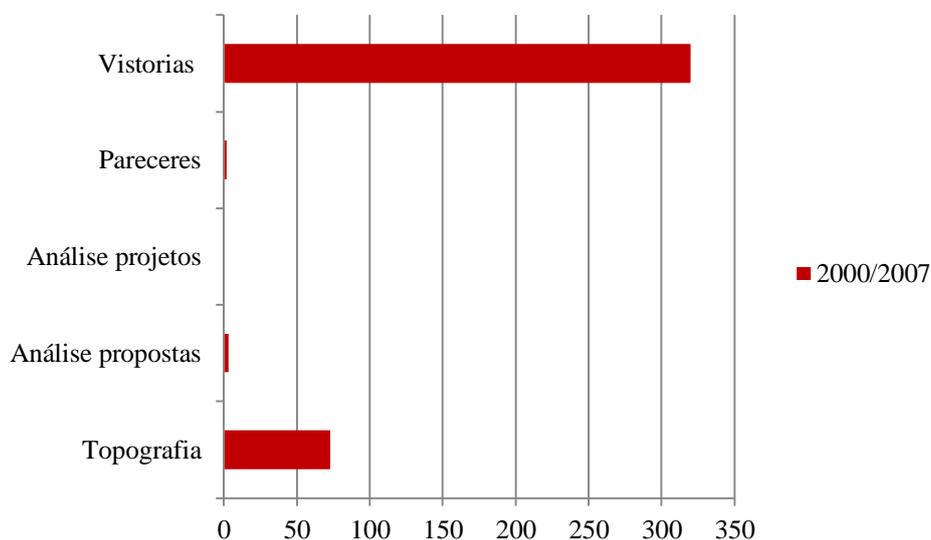
Tabela 4.3 – Evolução das atividades, Grupo 1, Tavira

GRUPO 1	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2000/2007
Projetos	13	7	16	22	22	26	31	34	171
Fiscalização obras m.	2	2	2	0	0	0	1	2	9
Acompanhamento físico/financeiro	10	6	8	9	9	11	25	31	109

O acompanhamento e validação física e financeira das componentes executadas de obras financiadas teve também uma significativa expressão, para além do elevado número de obras, o volume de investimento associado objeto de verificação, foi superior a 4 milhões de euros, em 2001, atingindo os 14 milhões em 2007. Este foi o município que, na maioria dos anos, maior investimento apresentou ao GAT para acompanhamento das empreitadas e verificação de toda a documentação processual e faturação das mesmas.

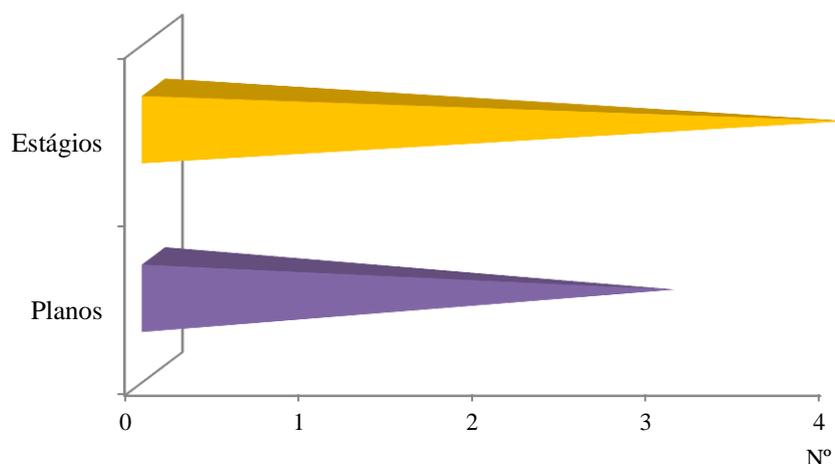
No Grupo 2 a realização de vistorias foi o item mais frequente (40/ano). Semanalmente, os técnicos do GAT integravam as comissões de vistoria municipal, sendo a sua natureza de índole diversa. Os trabalhos de topografia realizados (9/ano) serviram de base à realização de projetos; para os outros trabalhos o Município dispunha de topógrafo no seu corpo técnico. Dos restantes trabalhos, a análise de propostas apenas foi realizada 3 vezes em todo o período e foram emitidos 2 pareceres (Figura 4.18).

Figura 4.18 – Total de trabalhos realizados, Grupo 2, Tavira, 2000-2007



No Grupo 3 a elaboração de planos e o acompanhamento de estágios realizou-se nos anos de 2000 a 2002, havendo a partir dessa data maior autonomia do Município, pelo que este prescindiu do apoio do GAT nessas matérias, (Figura 4.19).

Figura 4.19 – Trabalhos realizados, Grupo 3, Tavira, 2000-2007



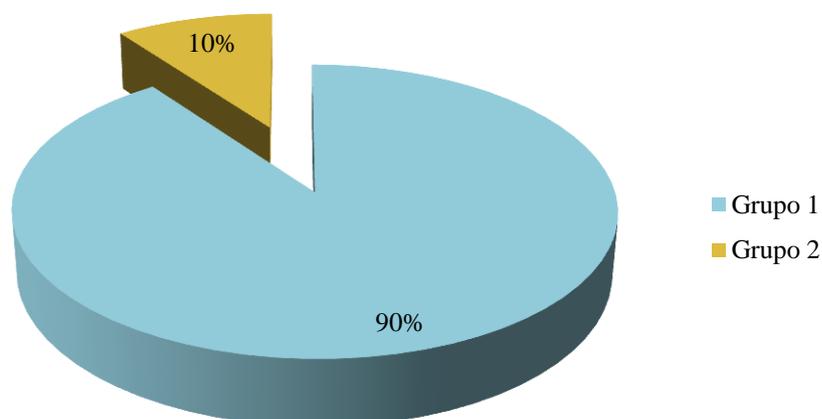
No âmbito do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve, inserido na estratégia de desenvolvimento regional, preconizada pelo PROAlgarve e desenvolvido nas Áreas de Baixa Densidade, foi elaborado o Plano de Intervenção de Cachopo, aldeia rural da serra do Caldeirão, o qual possibilitou, à semelhança de Odeleite, a qualificação de recursos endógenos estruturantes, paisagísticos e patrimoniais, recursos humanos, tecido económico e empresarial e participação coletiva.

Na sequência daquele plano, o qual teve a coordenação da direção do GAT de Tavira, foram também desenvolvidos projetos e realizadas obras de recuperação de espaços públicos e de reabilitação urbana, bem como ações de dinamização socioeconómica.

4.2.4 Vila Real de Santo António

O Município de VRSA foi aquele que menor número de trabalhos solicitou ao GAT de Tavira (15/ano). De entre estes, destaca-se fortemente o Grupo 1, com 90%, restando ao Grupo 2 apenas 10% dos trabalhos realizados. Não se registaram atividades no Grupo 3 (Figura 4.20).

Figura 4.20 - Atividade total por Grupos, VRSA, 2000-2007



No seio do Grupo 1 foram os projetos e o acompanhamento e validação física e financeira de obras municipais que tiveram maior relevância, tendo havido algum equilíbrio temporal na sua distribuição, com exceção do acompanhamento em 2007, que correspondeu ao encerramento do PROAlgarve (Tabela 4.4).

O Município de VRSA pretendeu do GAT maior apoio ao nível de projetos de grandes obras para equipamentos públicos, caso de mercados municipais, piscinas cobertas, igreja, casa mortuária, etc. ao contrário de outros municípios.

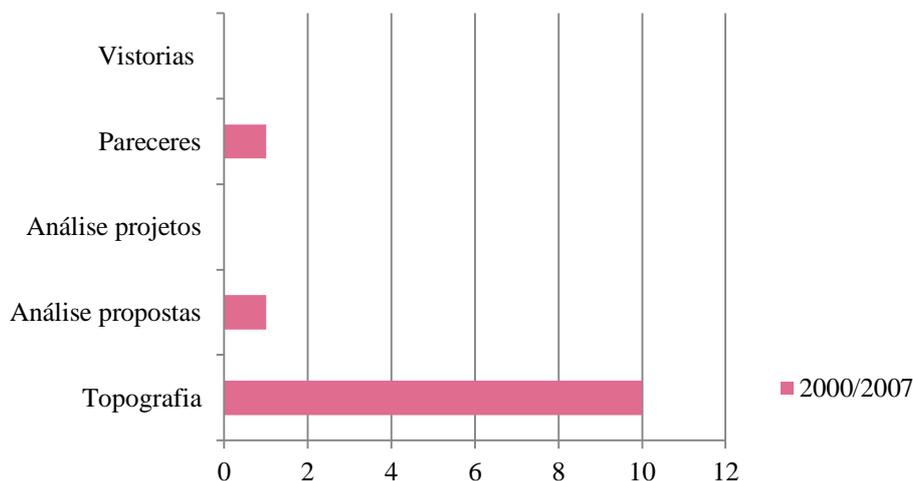
Tabela 4.4 – Evolução das atividades, Grupo 1, VRSA

GRUPO 1	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2000/2007
Projetos	6	6	8	7	2	5	6	3	43
Fiscalização obras m.	3	2	2	1	1	0	2	1	12
Acompanhamento físico/financeiro	8	2	6	3	4	5	8	18	54

Embora o número de projetos financiados não fosse muito elevado, com exceção das solicitações no ano de 2007, o seu valor global foi considerável, uma vez que o seu valor unitário era elevado, em média superior a 1 milhão de euros.

No Grupo 2 a topografia foi, sem dúvida, o tipo de trabalho mais solicitado, dada a ausência de técnico municipal nesta área e constituir esta especialidade base de alguns projetos realizados pelo GAT para o Município. Para além destes, apenas foi emitido um parecer e analisada uma proposta, em todo o período em estudo (Figura 4.21).

Figura 4.21 – Total de trabalhos realizados, Grupo 2, VRSA, 2000-2007



5. AS OPINIÕES DOS PRINCIPAIS ATORES

Neste capítulo pretende-se sintetizar a opinião dos atores/decisores que diretamente trabalharam com o GAT de Tavira no período em estudo, nomeadamente os presidentes da CCRA, CCDRA e Municípios, com o objetivo de sedimentar a importância do papel do GAT de Tavira no desenvolvimento do Sotavento Algarvio.

5.1 CCRA/CCDRA

Para efeitos de enquadramento das orientações de política pública nacional, face à Comissão de Coordenação, é apresentada a associação Governo / 1º Ministro / Presidente de CCRA (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 - Governos Constitucionais da República

Governo	1º Ministro	Presidente CCRA/CCDRA	desde	até
XIII, XIV XV	Engº António Guterres Dr. Durão Barroso	Professor João Pinto Guerreiro	12.04.1996	23.06.2003
XV	Dr. Durão Barroso	Dr. João Varejão Faria	24.06.2003	30.09.2003
XV XVI XVII	Dr. Durão Barroso Dr. Santana Lopes Engº José Sócrates	Engº José António de Campos Correia	01.10.2003	15.07.2007
XVII, XVIII XIX	Engº José Sócrates Dr. Passos Coelho	Dr. João Varejão Faria	16.07.2007	30.11.2011

Para a recolha de opinião foi elaborado um guião de entrevista, contendo 7 questões.

Foi feita a cobertura a 100% do universo, tendo sido realizadas entrevistas escritas a todos os presidentes, (Apêndice 2).

As respostas apresentadas refletem o balanço que cada um atualmente faz do trabalho então realizado.

1ª Questão: No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Face à 1ª questão os três presidentes são unânimes em afirmar a importância primordial dos GAT's nas áreas de projeto, fiscalização de obras e acompanhamento de obras financiadas. Os ex-presidentes Prof. João Guerreiro e Dr. João Faria, referem o papel das estruturas GAT's no reforço das competências técnicas e consolidação do poder local.

2ª Questão: No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

Na 2ª questão não há unanimidade de resposta dos ex-presidentes. Para o primeiro, poderia ter havido, teoricamente, mais dinamismo; porém a sua configuração administrativa híbrida colocava problemas complexos de articulação. O segundo não crê “que se pudesse ter ido mais longe”. O terceiro considera que o GAT revelou bastante dinamismo num período em que já se viviam dificuldades orçamentais na Função Pública.

3ª Questão: Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre os Municípios do Agrupamento do Sotavento Algarvio? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

Na 3ª questão há unanimidade ao referirem que houve uma contribuição positiva no domínio da articulação supramunicipal.

4ª Questão: O que considera que foi relevante da sua atividade?

Na 4ª questão os ex-presidentes, Prof. João Guerreiro e Dr. João Faria, dão as suas respostas em torno da capacidade de concertação e articulação supramunicipal, enquanto o Engº. Campos Correia enfatiza o apoio à decisão municipal, após a atividade de projeto, fiscalização e investimentos comunitários.

5ª Questão: Em que áreas poderia ter atuado mais?

Na 5ª questão, apenas o ex-presidente Prof. João Guerreiro refere que talvez pudesse ter atuado na área da formação técnica e profissional, enquanto os outros ex-presidentes consideram que não poderia ter feito mais.

6ª Questão: Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Na 6ª questão, os ex-presidentes Prof. João Guerreiro e Dr. João Faria enveredam pela linha do intermunicipal / associação de municípios. Para o primeiro, a atuação poderia ter evoluído para o planeamento intermunicipal, o que claramente dependia da vontade dos municípios, mas que não aconteceu. Para o segundo, poderia ter alargado o âmbito no caso de fusão de municípios ou na criação de associação de municípios, o que também não ocorreu. Para o ex-presidente Engº. Campos Correia os municípios evoluíram para prestações de serviço exteriores e menor dependência dos GAT's.

7ª Questão: No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Na 7ª questão há unanimidade positiva na resposta, sobre a importância da concertação da ação do GAT com as estratégias municipais e prioridades regionais.

Em sumula, regista-se, por parte dos ex-presidentes da CCRA/CCDRA, um posicionamento coerente nas respostas dadas às diversas questões. Observa-se um reconhecimento do trabalho efetuado pelo GAT de Tavira e do valor que possuiu para os municípios envolvidos. A articulação com a CCRA/CCDRA também não foi esquecida e, enquanto organismo híbrido, sem autonomia, as funções do GAT foram valorizadas.

5.2 Municípios

Para além dos ex-presidentes de CCRA e CCDRA, foram também entrevistados todos os presidentes de Câmara na vigência do período em estudo, (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Presidentes e Mandatos Autárquicos

Mandatos autárquicos	Alcoutim	Castro Marim	Tavira	Vila Real de Santo António
1997 - 2001	Dr.Francisco Amaral	Dr. José Estevens	Engº Macário Correia	Engº António Murta
2001 - 2005	Dr.Francisco Amaral	Dr. José Estevens	Engº Macário Correia	Engº António Murta
2005 - 2009	Dr.Francisco Amaral	Dr. José Estevens	Engº Macário Correia	Engº Luís Gomes

O guião utilizado, muito similar ao anterior, foi adaptado aos municípios contendo 8 questões.

Foi feita a cobertura a 100% do universo, tendo sido realizadas entrevistas escritas a todos os presidentes, (Apêndice 3).

As respostas apresentadas refletem também o balanço que cada um atualmente faz do trabalho então realizado.

1ª Questão: No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Face à 1ª questão todos os presidentes são unânimes em afirmar que os GAT's foram estruturas essenciais para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura técnica municipal.

2ª Questão: No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

Na resposta à 2ª questão, o ex-presidente Eng.º António Murta afirma que “Um maior dinamismo dos GAT's sempre foi uma exigência das autarquias...” contudo como viviam com dificuldades financeiras, não era possível a contratação de técnicos para realizar mais trabalho. O presidente de Alcoutim considera que o desempenho do GAT estava condicionado ao cumprimento do plano anual, o qual era previamente aprovado, e aos recursos existentes. Os outros presidentes (Castro Marim e VRSA) e o ex-presidente de Tavira consideram que no período em estudo sentiram uma vontade renovada, uma cultura de responsabilidade e disponibilidade, cumprimento de compromissos, excelente liderança, tendo adquirido uma nova expressão na participação de estratégias de desenvolvimento local e uma capacidade de resposta acrescida.

3ª Questão: Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre o seu Município e os Municípios vizinhos? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

Na 3ª questão o ex-presidente Eng.º António Murta refere que o GAT tentou articular projetos entre municípios, sem no entanto o conseguir pois não existiam planos intermunicipais e as prioridades de desenvolvimento eram por vezes contraditórias.

Os outros presidentes (de Alcoutim, Castro Marim e VRSA) e o ex-presidente de Tavira, consideram que, sempre que foi necessário, o GAT contribuiu para a articulação intermunicipal ou deu prioridade a projetos de alcance intermunicipal. O conhecimento do trabalho realizado em todos os municípios do agrupamento contribuía para uma melhor articulação entre municípios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e equipamentos.

4ª Questão: O que considera que foi relevante da sua atividade para o seu Município?

Na 4ª questão de um modo geral todos são unânimes em manifestar que o GAT de Tavira foi muito importante para a concretização de projetos. Alguns dos entrevistados

vão mais longe e afirmam que a elaboração desses projetos permitiu a realização de obras, as quais foram financiadas por quadros comunitários, (que por sua vez foram acompanhadas também pelo GAT, fechando-se assim o ciclo). É igualmente referida a facilidade de comunicação e a boa relação interpessoal que existiu entre técnicos do GAT e técnicos das autarquias o que agilizou a concretização das ações. Ao GAT de Tavira foi ainda atribuído um bom nível de prontidão nas respostas, empenhamento na busca de soluções e ter sido um parceiro eficiente.

5ª Questão: O que considera que ficou por fazer?

Na 5ª questão todas as respostas estão em torno da noção de “missão cumprida”. O cumprimento dos planos de atividade anuais, com os recursos existentes, não podia ter ido mais além. Para além disso o ex-presidente Eng.º Macário Correia refere que a sua extinção foi prematura e o ex-presidente Eng.º António Murta acrescenta que poderia ter também concretizado projetos na área da requalificação e reabilitação urbana.

6ª Questão: Em que áreas poderia ter atuado mais?

Na 6ª questão o presidente Dr. Francisco Amaral e os ex-presidentes Eng.º Macário Correia e Eng.º António Murta, consideram que a área do planeamento e ordenamento do território poderiam ter sido melhor exploradas com vista à execução do planeamento intermunicipal, prática nunca alcançada. O presidente Eng.º Luis Gomes entende que as áreas de trabalho eram as ajustadas ao perfil da equipa e o presidente Dr. José Estevens acrescenta ainda que “...os meios produziram acima daquilo que é comum na administração pública”.

7ª Questão: Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Na 7ª questão não há consenso nas respostas. Para o Dr. Francisco Amaral o âmbito de atuação deveria ter sido alargado para o planeamento e ordenamento do território. Para o Dr. José Estevens deveria ter sido alargado para as áreas da formação e de centros de apoio especializados. Para o Eng.º Macário Correia deveria ter alargado em áreas em que as novas tecnologias de informação dominavam. Para o Eng.º António Murta

deveria ter colaborado na criação de uma regulamentação comum a todos os municípios de modo a criar uma verdadeira sub-região. Finalmente para o Eng.º Luis Gomes, se tivessem sido criadas estruturas intermunicipais, como este autarca defende, o GAT deveria ter sido o suporte técnico para a implementação das políticas intermunicipais.

8ª Questão: No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Na 8ª questão todos os entrevistados estão em consonância ao afirmarem que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio. O seu contributo foi importante para a estruturação da rede de equipamentos e infraestruturas. No acompanhamento técnico e financeiro de obras de grande relevância municipal. Na consolidação de projetos de grande impacto para o desenvolvimento da sub-região. No apoio à preparação de estratégias de desenvolvimento municipal. Na intervenção em inúmeras ações que valorizaram de modo substantivo os territórios dos quatro concelhos. No incentivo à visão global e integrada dos problemas na área do Agrupamento. Na melhoria da capacidade de resposta municipal aos cidadãos.

Em síntese, poder-se-á afirmar que por parte de todos os autarcas há unanimidade no papel que o GAT de Tavira desempenhou no desenvolvimento daquele território algarvio. Há o reconhecimento da mais-valia técnica que constituiu para os seus municípios. Da importância que tiveram com a realização de projetos, fiscalização de obras e acompanhamento físico e financeiro de obra financiadas, para o desenvolvimento municipal. As considerações positivas que tecem ao dinamismo e atuação revelam a qualidade do serviço prestado pelo GAT em todas as áreas para que foi solicitado.

6. IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A análise do impacto do trabalho realizado pelo GAT de Tavira no desenvolvimento regional pode ser feita por diversas óticas, uma das quais poderá ser com base no número de atividades desenvolvidas.

No período 2000/2007, das inúmeras e variadas atividades que foram solicitadas, é feita referência às 10 atividades consideradas mais frequentes.

Sem dúvida que as ações classificadas anteriormente no Grupo 1, no Capítulo 4, foram as mais importantes e as que ocuparam um maior número de horas de trabalho. No seu conjunto executaram-se mais de três centenas de projetos, mais de uma centena de fiscalizações de obras municipais e mais de três centenas de acompanhamentos de obras financiadas.

No período em análise o valor das obras fiscalizadas ascendeu a cerca de 40 milhões de euros e o valor de obras financiadas que requereram acompanhamento e validação física e financeira pelo GAT foi, no conjunto dos quatro municípios, de 184 milhões de euros.

No Grupo 2, o apoio dado ao nível de pareceres, análise de propostas e análise de projetos foi na sua maioria orientado para o Município de Alcoutim, enquanto as vistorias se destinaram na globalidade ao Município de Tavira.

As atividades do Grupo 3 apenas foram realizadas para os Municípios de Castro Marim e Tavira.

Outra abordagem aos resultados obtidos pode ser feita através da dinâmica que ocorreu de 1999 para 2007. Com efeito, o número de trabalhos realizados no ano anterior ao início do período em análise (1999) e o último ano do estudo (2007) são demonstradores do impacto e da dinâmica de trabalho que aconteceram no GAT.

Como se pode observar através da Tabela 6.1, a elaboração de projetos duplicou, tendo-se assistido a uma mudança da natureza de projetos. Enquanto na década de noventa os

projetos eram basicamente destinados à realização de infraestruturas de saneamento básico e viárias, em 2007 orientaram-se essencialmente para a valorização e reabilitação urbana e para a renovação de espaços exteriores.

Por outro lado, a fiscalização de obras municipais sofreu uma grande redução, da ordem dos 70%, consequência da autonomia técnica e financeira adquirida entretanto pelas autarquias.

O acompanhamento e validação física e financeira de obras financiadas foi também objeto de um crescimento muito elevado, tendo mais que duplicado o seu número, demonstrando-se assim que o ritmo de execução, em 2007, foi muito elevado, fruto da realização de projetos concebidos, também pelo GAT, e que obrigava a um acompanhamento e verificação muito intensos.

Tabela 6.1 – Número de trabalhos realizados

	1999	2007
Projetos	25	51
Fiscalização	30	8
Acomp. fisico/financ.	39	89
Topografia	19	8
Análise propostas	11	13
Análise projetos	0	3
Pareceres	10	0
Vistorias	1	35
Planos /loteamentos	0	2
Acomp. estágios	0	0

A prática de planeamento, que surge reportada em Planos/loteamentos, reflete a tendência que houve, a partir de 2001, para que o GAT desempenhasse funções no planeamento e ordenamento do território, o que poderia ter constituído um maior

elemento agregador das estratégias de desenvolvimento regional, de que foram exemplo os Planos de Intervenção de Cachopo e Odeleite.

7. RELEXÃO FINAL

Fazer o balanço sobre uma atividade, dirigida pela autora deste Relatório, terminada há 5 anos atrás, sobre um organismo que foi extinto, não é tarefa fácil. No entanto, com base no que anteriormente foi vertido nos diversos capítulos, poder-se-á fazer uma reflexão sobre o trabalho executado e o seu destaque para o desenvolvimento da Região.

Os GAT's começaram por ser, na década de setenta do século XX, estruturas de apoio básicas aos municípios, então desprovidos de capacidade técnica para abarcarem todas as atribuições e competências que lhes foram transferidas através da Lei das Finanças Locais.

Exerceram a sua atividade durante 30 anos, em diversos pontos do país, fora dos grandes centros urbanos.

Um dos últimos GAT's a ser extinto foi o de Tavira. Foi extinto no último dia que a legislação determinava para tal (30 de junho de 2008). Todavia o trabalho realizado no período em estudo, 2000/2007, não reflete qualquer desmotivação ou desinteresse pela equipa, tendo registado, pelo contrário, um aumento de produtividade e rendimento nos trabalhos que realizou, ao longo do período em análise. As tenções internas provocadas pela insegurança da sua continuidade ou extinção não abalaram o ritmo de trabalho de quem aí exercia a sua função.

Os números anteriormente apresentados deixam perceber que a atividade desenvolvida pelo Gabinete contribuiu bastante e em diversas vertentes para o desenvolvimento regional.

Observe-se a evolução que ocorreu na génese dos projetos solicitados pelos Municípios. No início dos anos 2000 as infraestruturas de saneamento e as rodovias preencheram as principais preocupações dos autarcas da Região. Seguiram-se os projetos de equipamentos coletivos, caso de bibliotecas, pavilhões e escolas. No final do período em análise, os projetos evoluíram para a requalificação de espaços públicos e para a reabilitação urbana.

A evolução da génese dos projetos reflete não só a autonomia técnica que os Municípios foram adquirindo, como também o padrão de desenvolvimento predominante nas estratégias municipais. O progresso e o desenvolvimento económico e social a proporcionar aos seus cidadãos obrigou a esta evolução, a qual foi igualmente favorecida pelos apoios comunitários de que usufruíram.

Nas entrevistas aos presidentes da CCDR, CCDRA e Municípios pode ler-se o quão foi apreciado o trabalho do GAT e o reconhecimento que ainda hoje têm pelo trabalho que foi efetuado.

Não foi em vão todo o labor, não foi perda de tempo nem prejuízo a verba despendida em técnicos e meios.

Na ausência de órgãos regionais ou intermunicipais que coordenassem políticas e estratégias, o GAT de Tavira desempenhou um papel de órgão intermediário entre a Administração Central e Local. A diversidade de atividades que desenvolvia e o conhecimento que tinha do território onde atuava permitia-lhe ter uma visão global e integradora, refletindo esse saber no seu trabalho e por consequência na qualificação da Região.

O GAT de Tavira foi um instrumento da administração central posto à disposição de administração local.

O relacionamento institucional entre organismos não dependentes hierarquicamente foi sempre o melhor, permitindo a convergência de interesses, a articulação de práticas de trabalho e a assunção de prioridades, tendo a sua atividade gerado efeitos no progresso e desenvolvimento desta Região.

O GAT de Tavira parece ter-se revelado um gabinete exemplar no contexto nacional.

O empenhamento dos municípios na sua continuação levou a que o Município de Tavira incorporasse, na sua estrutura técnica municipal, a quase totalidade dos técnicos que trabalhavam no GAT, tendo para o efeito alterado até o seu organograma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, R.M.A. (2007) *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brito, C. (2005) *25 Anos Que Mudaram o Algarve*, Faro, CCDR Algarve.
- Caetano, M., J.P.M. Barata, M.C. Esteves e V. Pessoa (1982) *Regionalização e Poder Local em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento.
- Correia, J.M. (2009) *ALGARVE Potencialidades e Constrangimentos*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira.
- Comissão de Apoio à Restruturação do Equipamento e da Administração do Território (1998) *Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado*, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.
- Ferreira, A.P. (2000) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2000*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A.P. (2001) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2001*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A.P. (2002) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2002*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A.P. (2003) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2003*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A.P. (2004) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2004*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A.P. (2005) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2005*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A.P. (2006) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2006*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A. P. (2007) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2007*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.
- Ferreira, A. P. (2008) *REUNIÃO ANUAL INTER-CÂMARAS DO AGRUPAMENTO DO SOTAVENTO – 2008*, Tavira, Gabinete de Apoio Técnico de Tavira.

- Lopes, A.S. (2000) Regionalização e Desenvolvimento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, *Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 127-131.
- Lopes, A.S. (2001) *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, G.C. (2000) A Regionalização, O Planeamento Regional e Urbano e a Dimensão Europeia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, *Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, (108-109).
- Oliveira, L.V. (1996) *Regionalização*, Porto, Edições ASA.
- Silva, J.A.M. e M.T. Noronha (2000) *Aspectos de Dinamismo Regional*, Faro, Cider.

Apêndices

Apêndice 1 – Evolução da Fiscalização de Obras Municipais

Nº Empreitadas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ALCOUIM	6	5	12	8	6	3	5	2
CASTRO MARIM	10	17	8	3	9	8	6	3
TAVIRA	2	2	2	0	0	0	1	2
VRSA	3	2	2	1	1	0	2	1
total	21	26	24	12	16	11	14	8
Valor (€)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ALCOUIM	1.159.506,00	4.937.584,00	1.568.633,00	818.000,00	414.400,00	190.820,00	54.283,00	32.840,00
CASTRO MARIM	2.982.313,00	6.248.561,00	2.950.458,00	810.883,00	3.527.600,00	2.983.088,00	2.562.774,00	1.099.510,00
TAVIRA	119.711,00	316.333,00	792.905,00	0	0	0	149.609,00	1.199.600,00
VRSA	923.275,00	956.500,00	1.090.232,00	674.138,00	14.900,00	0	787.060,00	398.685,00
total	5.184.805,00	12.458.978,00	6.402.228,00	2.303.021,00	3.956.900,00	3.173.908,00	3.553.726,00	2.730.635,00

Apêndice 2 – Entrevistas aos presidentes da CCRA e CCDRA

- Professor Doutor João Pinto Guerreiro
- Dr. João Varejão Faria
- Eng.º José Campos Correia

ENTREVISTA

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do **papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio**, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Julgo que os principais domínios nos quais os GATs se notabilizaram foram, num primeiro momento, na elaboração de projetos, e num segundo momento, no acompanhamento físico da execução das obras co-financiadas pelos fundos comunitários. Estas funções, desenvolvidas pelo GATs, permitiram superar carências que caracterizavam as estruturas municipais, as quais foram sendo superadas com o reforço das competências técnicas das autarquias. Estas foram, com o tempo, aumentando as suas dotações e a sua capacidade técnica. No acompanhamento dos projetos co-financiados, os GATs assumiram uma função de entidades independentes na avaliação do calendário da execução das iniciativas e na elaboração dos respetivos autos de medição.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

Os GATs, teoricamente, poderiam desenvolver uma maior atividade no âmbito das suas competências. Contudo, a sua configuração, de organismo híbrido, não dependendo hierarquicamente dos municípios mas com capacidade de intervenção no território desses mesmos municípios, colocava problemas na eficaz articulação das suas atividades, só resolvida através do estabelecimento de regras claras de relacionamento e após adequada concertação entre os planos de atividade dos GATs e das Autarquias.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre os Municípios do Agrupamento do Sotavento Algarvio? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?



A ação do GAT de Tavira foi globalmente positiva no planeamento das suas ações e na calendarização da afetação das suas capacidades técnicas à diversidade de atividades que tinha que desenvolver. Não terá sido fácil prestar serviços com equilíbrio a quatro “clientes” exigentes (as Câmaras Municipais do Sotavento), nos diversos domínios para os quais o GAT foi chamado ao longo dos diversos anos.

4. O que considera que foi relevante da sua atividade

A capacidade de concertação entre as quatro Câmaras Municipais e a CCDR, sempre garantindo as exigências de execução dos projetos que estavam apoiados por fundos comunitários.

5. Em que áreas poderia ter atuado mais?

Talvez na formação técnica e profissional.

6. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

O âmbito de atuação poderia ter sido alargado para o planeamento intermunicipal. A Lei do Ordenamento do Território prevê a execução de Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território, figura que parece nunca ter sido adotada em Portugal. A pulverização concelhia é nociva e esse nível de planeamento (intermunicipal) poderia ter ajudado a superar esse condicionalismo.

7. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

A ação do GAT de Tavira, assim como de todos os GATs, não pode ser avaliada de forma autónoma. A ação dos GATs foi tanto mais interessante quando concertada e desenvolvida em coerência com as estratégias municipais e com as prioridades regionais. Julgo que foi essa prática que se poderá identificar com o GAT de Tavira, no período considerado.



(João Guerreiro)

Faro, 14 de outubro de 2012

Muito obrigada pela sua colaboração

Ana Paula Ferreira

ENTREVISTA

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do **papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio**, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Na fase de construção do poder local democrático - no pós-25 de Abril - os GAT's foram essenciais no conjunto do país, já que os municípios não dispunham no seu seio das necessárias competências técnicas para exercerem as suas novas atribuições.

À medida que o quadro de pessoal dos diversos municípios foi sendo constituído a situação foi-se alterando: a sua existência deixou de fazer grande sentido no caso dos municípios maiores, mas continuaram a desempenhar um papel muito útil nos municípios mais pequenos (certamente, no caso do Algarve, mais de metade).

Os domínios mais relevantes são obviamente os que assumem uma dimensão supramunicipal, embora, genericamente, tenha sido relevante tudo o que tem a ver com a chamada "cultura de projecto". Mas foi particularmente nas áreas das redes e dos equipamentos que o contributo foi mais relevante.

No âmbito da fiscalização o contributo também foi relevante, embora se devesse ter evoluído para uma situação de maior independência face à estrutura municipal.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

No quadro institucional em que actuava, o GAT estava necessariamente dependente dos impulsos recebidos quer da CCDR quer dos municípios, de modo que não creio que se pudesse ter ido mais longe.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre os Municípios do Agrupamento do Sotavento Algarvio? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

Foi precisamente no domínio da articulação supramunicipal que o contributo foi mais relevante, cobrindo o conjunto das áreas mencionadas: planeamento e execução de redes e equipamentos.

4. O que considera que foi relevante da sua atividade

Ver resposta anterior

5. Em que áreas poderia ter atuado mais?

Conforme já referido na 2ª resposta, não creio que se pudesse ter ido muito mais longe.

6. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

O alargamento do âmbito de actuação só teria feito sentido caso se se tivesse evoluído – como penso que se deveria ter feito – para processos de fusão de municípios ou, alternativamente, para associações de municípios a que fossem delegadas muitas das actuais competências municipais. No caso do Sotavento, isso teria passado pela fusão, pelo menos de VR de St. António e Castro Marim, mas também de Alcoutim.

7. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Com certeza que sim, particularmente ao ter contribuído para introduzir alguma racionalidade nos investimentos (evitando duplicações, aproveitando experiências dos municípios adjacentes, etc.)

Ass: João Varejão Faria



Faro, 14 de outubro de 2012

Muito obrigada pela sua colaboração

Ana Paula Ferreira

ENTREVISTA

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do **papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio**, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Em praticamente todas as áreas referidas, com destaque para as actividades de projecto e de fiscalização de obras, bem como no acompanhamento de obras com financiamentos comunitários e outros.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

Durante o período 2003-2007, que efectivamente acompanhei, considero que o GAT de Tavira revelou bastante dinamismo, particularmente se tivermos em conta que se tratou de um período em que se vivia já dificuldades de toda a ordem na função pública, incluindo reduções orçamentais.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre os Municípios do Agrupamento do Sotavento Algarvio? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

A diversos níveis verificou-se essa capacidade de articulação, com destaque para os equipamentos e infra-estruturas.

4. O que considera que foi relevante da sua atividade

Com firme já referido, considero que o mais relevante foi a actividade de projecto e fiscalização de obras, apoio aos investimentos comunitários e outros, podendo ainda acrescentar-se o apoio à decisão dos municípios, derivadamente em matérias relacionadas com concelhos de projectos e obras

5. Em que áreas poderia ter atuado mais?

Com os meios de que dispunha, difícil mente poderia ter feito mais do que fez

6. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Nos tempos actuais parece pouco. De resto, a exclusão verificada, em todo o país, foi o sentido de recorrerem (os municípios) a outros tipos de apoio, externos, do tipo comunitários e prestações de serviços.

7. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Seu dúvida, pois o GAT de Tavira exerceu a sua actividade durante um período fortemente expansionista, durante o qual os municípios intervenientes promoveram múltiplas reacções benéficas, ao nível da infra-estrutura, p. ex., com reflexo

Ass:



directo na qualidade de vida das populações

Faro, 14 de outubro de 2012

Muito obrigada pela sua colaboração

Ana Paula Ferreira

Apêndice 3 – Entrevistas aos presidentes dos municípios

- Dr. Francisco Amaral
- Dr. José Estevens
- Engº José Macário Correia
- Engº António Murta
- Engº Luis Gomes



ENTREVISTA

Sr Presidente, Dr. Francisco Amaral,

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do **papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio**, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

No respeitante ao Município de Alcoutim, o Gat de Tavira desempenhou um papel primordial no desenvolvimento local e na consolidação da estrutura municipal, nomeadamente no domínio das acessibilidades, das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, e da renovação urbana, abrangendo as áreas de projeto, apreciação de propostas de concorrentes, de fiscalização de obras e acompanhamento técnico e financeiro de Fundos Comunitários.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

O Gat de Tavira organizava o seu trabalho anualmente, sendo proposto um plano de intervenção por cada município, nas diversas áreas de atuação, sendo posteriormente analisado em conjunto com todas as Câmaras e o Gat de Tavira, tendo presente os recursos existentes na altura, finalizando por sua vez, num planeamento aprovado por todos.

O desempenho do Gat era analisado em função desse planeamento anual, pelo que a leitura da dinâmica do Gat encontra-se sempre condicionada ao cumprimento daquele plano anual e dos recursos existentes na altura.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre o seu Município e os Municípios vizinhos? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

Os municípios vizinhos sempre pautaram por uma articulação institucional muito boa, logicamente que ao nível do planeamento e execução de infraestruturas, equipamentos, acessibilidades, entre outras, o Gat de Tavira também contribuiu para uma melhor articulação entre estes.

4. O que considera que foi relevante da sua atividade para o seu Município?

O GAT de Tavira surge como um gabinete de apoio técnico às Câmaras Municipais, reforçando o corpo técnico de cada uma das autarquias a ele associado ao nível de elaboração de projetos técnicos, apreciação de propostas, fiscalização e acompanhamento

técnico de empreitadas, acrescendo o acompanhamento e a colaboração institucional no acompanhamento financeiro das obras participadas por Fundos Comunitários.

A multidisciplinaridade de técnicos presentes no Gat de Tavira, apresentou-se sempre como uma mais-valia para as autarquias, tendo presente as diferentes áreas em que havia necessidade de dar resposta em tempo, onde a relação interpessoal entre os membros e técnicos da autarquia e os técnicos do gat tornou-se muito importante para a concretização de projetos de desenvolvimento local.

5. O que considera que ficou por fazer?

Tendo presente o respondido em 2, a resposta será mantida naqueles termos.

6. Em que áreas poderia ter atuado mais?

O Gat de Tavira estava vocacionado para elaboração de projetos, fiscalização de obras, acompanhamento técnico e financeiro de empreitadas e fundos comunitários.

Eventualmente, poderia, dado a multidisciplinaridade de técnicos, enveredado para a área do planeamento e ordenamento do território, tendo presente a sua excelente articulação entre os quatro municípios onde a integração dos planos poderia ser mais assertiva.

7. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Conforme referido anteriormente, poderia ser alargado, dado a multidisciplinaridade de técnicos, para a área do planeamento e ordenamento do território, tendo presente a sua excelente articulação entre os quatro municípios onde a integração dos planos poderia ser mais assertiva.

8. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Sendo um gabinete de apoio técnico aos municípios do sotavento algarvio, e, tendo desenvolvido projetos e fiscalizado e acompanhado, técnica e financeiramente, obras de grande relevância para o desenvolvimento municipal, naturalmente, contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio.

O Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim



Dr. Francisco Augusto Caimoto Amaral

Alcoutim, 15 de Novembro de 2012

Muito obrigada pela sua colaboração

Ana Paula Ferreira

ENTREVISTA

Sr Presidente, Dr. José Estevens,

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Do elenco dos domínios apresentados com a questão, penso que de forma mais ou menos importante em todos eles os GAT's intervieram, daí que, sem desprezar nenhum, atribuo maior enfoque ou relevância aos domínios: do projeto, da fiscalização de obras, de renovação urbana, das acessibilidades e no domínio do ambiente.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

No período em questão sentiu-se de facto uma vontade renovada e a procura da institucionalização de uma cultura de responsabilidade e cumprimento dos compromissos assumidos, a par de uma maior disponibilidade.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre o seu Município e os Municípios vizinhos? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

Sim. Neste período não abundaram situações que implicassem essa articulação, de todo o modo e sempre que ocorreram, o que aconteceu, maioritariamente, no plano das infraestruturas esse contributo fez-se sentir.



4. O que considera que foi relevante da sua atividade para o seu Município?

Bem, houve várias ações e projetos que assumiram relevância significativa para o Município de Castro Marim. A facilidade das comunicações, o nível de prontidão na resposta, o nível de empenhamento na busca de soluções acompanharam sempre a atividade do gabinete, do ponto de vista da realização de projetos, destacaria por exemplo as requalificações de Almada D'Ouro e Foz de Odeleite. No capítulo do Planeamento e Ordenamento do Território, o Plano de Pormenor nº1 de Altura, assume uma relevância digna de destaque.

5. O que considera que ficou por fazer?

Considerando a medida da nossa ambição dir-se-ia que ficaram muitas coisas por fazer. Contudo, e não perdendo de vista os meios à disposição, seria injusto não reconhecer que no que à Câmara Municipal se refere, fez-se mais do que era expectável.

6. Em que áreas poderia ter atuado mais?

Não seria fácil, tendo em conta o contido na resposta anterior. Segundo creio, os meios produziram acima daquilo que é comum na administração pública.

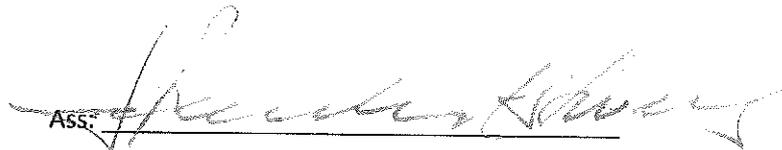
7. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Seria sempre possível alargar tal âmbito. Há campos onde, tradicionalmente, os municípios manifestam carências que poderiam ser supridas de modo mais racional e com as vantagens de outra escala. Serão exemplos áreas como a formação, certos apoios mais especializados, nomeadamente, no desenvolvimento de certas atividades económicas, etc.



8. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Inquestionavelmente, contribuí-o com o sem fim de projetos saídos do seu atelier com as intervenções levadas a cabo em muitas outras áreas, como a fiscalização de obras, o ambiente, as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, equipamento de cultura e desporto, um sem fim de projetos e ações que valorizaram de modo substantivo os territórios dos quatro concelhos agrupados no GAT de Tavira.

Ass: 

Faro, 14 de outubro de 2012

Muito obrigada pela sua colaboração

Ana Paula Ferreira

ENTREVISTA

Sr Presidente, Eng^o José Macário Correia,

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do **papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio**, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Foram estruturas essenciais numa altura em que os municípios tinham escassez de técnicos qualificados.

Fizeram planeamento intermunicipal e conceberam equipamentos essenciais.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

Teve uma excelente liderança e uma boa equipa. O que fez foi positivo sem qualquer dúvida.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre o seu Município e os Municípios vizinhos? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

Contribuiu para uma boa articulação dos equipamentos e dos projetos de trabalho em conjunto. A todos os níveis referidos.

4. O que considera que foi relevante da sua atividade para o seu Município?

Dotar o Município de projetos de boa qualidade e baixo custo.

Fez uma boa articulação com os serviços municipais.

5. O que considera que ficou por fazer?

A sua extinção foi prematura, quando podia ter sido continuado muito do que tinha em mãos.

Mas a missão até então foi cumprida e bem.

6. Em que áreas poderia ter atuado mais?

Na articulação de PDM's e na gestão de equipamentos coletivos eventualmente.

7. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Para tudo o que as novas tecnologias de informação impõem.

Esse salto poderia ter sido dado com os municípios respetivos. Mas foi extinto.

8. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Bastante. Faz boa articulação com os municípios e fomentou uma visão global e integrada dos problemas da área geográfica respetiva.

Ass:



Faro, 14 de outubro de 2012

Muito obrigada pela sua colaboração

Ana Paula Ferreira

ENTREVISTA

Sr. Eng^o António Murta

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do **papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio**, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

No período 2000/2007, as autarquias debateram-se com dificuldades no campo da contratação de técnicos experientes para desenvolver e acompanhar projectos e obras indispensáveis ao desenvolvimento e bem estar das populações em diversas áreas. Os GATs dispoendo de um quadro de técnicos competentes contribuíram de forma decisiva para materializar o sonho dos autarcas: concretização de obras fundamentais para a população.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

Um maior dinamismo dos GATs sempre foi uma exigência das autarquias. O que se tornou óbvio é que os GATs sempre viveram num regime de asfixia financeira e impossibilitados de contratar técnicos indispensáveis às exigências dos projectos a desenvolver.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre o Município de Vila Real de St^o António e os Municípios vizinhos? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

O GAT de Tavira tentou articular os projectos dos municípios envolvidos, sem no entanto o conseguir. Era uma tarefa difícil se não impossível de concretizar, visto que os municípios não possuíam planos intermunicipais, sendo os objectivos e prioridades do desenvolvimento por vezes contraditórias.

4. O que considera que foi relevante da sua atividade para o Município de VRSA?

Considero relevante o acompanhamento de projectos e assessorias técnicas no âmbito de obras cofinanciadas pela comunidade europeia. O importante não é saber o que podemos fazer mas como fazê-lo. O GAT foi um parceiro eficiente.

5. O que considera que ficou por fazer?

Existiu um grande dinamismo no período 2000/2007, e muitos projectos foram concretizados, contribuindo para o bem estar das populações, desde a cultura e desporto até ao apoio ao desenvolvimento económico das micro-empresas, permitindo a sua sustentabilidade. No entanto ficaram por concretizar projectos na área da requalificação e reabilitação urbana.

6. Em que áreas poderia ter atuado mais?

Na área dos Planos Directores Municipais poderia ter havido uma maior intervenção de forma a conseguir Planos Integrados Intermunicipais, única forma dos municípios convergirem num objectivo comum do desenvolvimento económico e social desta sub-região algarvia

7. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Penso que era importante a colaboração e a concretização de regulamentação comum a todos os Municípios, criando uma verdadeira Sub-região que não fosse apenas de nome.

8. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

Penso que mesmo actuando de forma desarticulada, por culpa dos Municípios, cada um defendia a sua "quinta", o GAT contribuiu para o desenvolvimento de projectos e obras importantes para esta Sub-Região.

Ass: António Murta

Faro, 14 de outubro de 2012

Muito obrigada pela sua colaboração

Ana Paula Ferreira



ENTREVISTA

Sr. Presidente, Eng.º Luís Gomes,

No âmbito do Relatório de Atividade Profissional que estou a elaborar, para finalizar o Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, gostaria de contar com o seu contributo para a avaliação do **papel do GAT de Tavira no desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio**, no período 2000-2007, respondendo às seguintes questões:

1. No seu entender em que domínios os GAT's desempenharam um papel importante para o desenvolvimento local e para a consolidação da estrutura municipal? No domínio do ambiente, das acessibilidades, da cultura, do desporto, da renovação urbana, do projeto, da fiscalização de obras, da racionalização de recursos ou em outros?

Os GAT's prestaram um contributo para as Câmaras Municipais sobretudo no que se refere ao apoio técnico necessário para projetar infraestruturas e equipamentos nas áreas referidas na questão. Este apoio técnico foi decisivo para melhorar a competitividade deste território e sobretudo, dado o seu carácter intermunicipal, a um custo bastante razoável.

2. No âmbito das atribuições dos GAT's, e das competências tacitamente assumidas por estes gabinetes, acha que o GAT de Tavira poderia ter sido mais dinâmico no período 2000-2007?

Nesse período, dadas as valências adquiridas, sobretudo pelo perfil da sua Diretora, ganhou uma nova expressão, sobretudo na coordenação e participação nas estratégias de desenvolvimento local, como no caso das aldeias do Algarve. O GAT ganhou assim um novo fôlego e uma capacidade de resposta acrescida, face às necessidades dos municípios envolvidos.

3. Considera que o GAT de Tavira contribuiu para uma maior articulação entre o seu Município e os Municípios vizinhos? A que nível? Planeamento, execução de infraestruturas, equipamentos, ou outros?

A metodologia adotada pelo GAT passou naturalmente por uma política de transparência total na afetação da sua capacidade de resposta aos municípios envolvidos. O plano de atividades deste gabinete era aprovado por todos, estando patentes os seus compromissos com todos os municípios, garantindo sempre uma resposta equilibrada e equivalente a cada um deles. Era, por isso, também dada a prioridade a projetos de alcance intermunicipal.

4. O que considera que foi relevante da sua atividade para o seu Município?

Ao longo da sua existência, o GAT aportou uma capacidade técnica de resposta que os municípios não tinham. Sem o seu contributo não haveria a capacidade de realizar a obra que entretanto foi executada, sobretudo a financiada pelos diversos quadros comunitários de apoio.

5. O que considera que ficou por fazer?

Não entendo que tenha ficado por fazer alguma área em particular, pois, como referi anteriormente, os planos de atividades eram discutidos e aprovados por todos os intervenientes e foram executados quase na íntegra.

6. Em que áreas poderia ter atuado mais?

Dado o perfil da sua equipa técnica, entendo que as áreas de atuação foram as ajustadas para o efeito.

7. Acha que teria sentido alargar o âmbito de atuação dos GAT's? Para que âmbitos?

Acho que a permanência ter-se-ia justificado no quadro de uma reforma administrativa mais alargada. Defendo uma reforma da administração local no sentido de incrementar um conjunto de políticas intermunicipais e isso pressupõe naturalmente a transferência de competências das autarquias para estruturas intermunicipais. Nesse quadro, faria todo o sentido a integração dos GAT's nessas mesmas estruturas políticas. Seria o suporte técnico para a implementação de políticas intermunicipais.

8. No seu entender considera que o GAT de Tavira contribuiu para o desenvolvimento sub-regional do Sotavento Algarvio? Como?

O GAT Tavira contribuiu, como já referi, para a consolidação de projetos que tiveram um impacto importante e decisivo no desenvolvimento desta sub-região. Seja através na elaboração de projetos de infraestruturas municipais e intermunicipais, seja no apoio à programação e conceção de uma rede de equipamentos municipais. O GAT, em muitas ocasiões, prestou também apoio na preparação de estratégias de desenvolvimento municipal. Em suma, o seu contributo foi bastante importante para a consolidação e estruturação de uma rede de equipamentos e infraestruturas e na melhoria da capacidade de respostas destas Autarquias aos seus cidadãos.

